

78
25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

SUPLEMENTO ALGARVE
O ENSINO EM PORTUGAL
TERMAS PORTUGUESAS
FLORBELA ESPANCA
ABEL MANTA
XXIV ASSEMBLEIA DA NATO



EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste) (Todos os dias) (Oeste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13	
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740	49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16	
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00 20.30-21.00	21 495 15 125	13 19
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	20.15-21.00	15 125	19
	18.00-18.45 14.30-18.00	17 880 15 340 21 700	16 19 13	14.30-18.00	21 700	13	
Índia (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25
	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25	(Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125
					22.30-01.00	9 635 11 840	31 25



**PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

Direcção

Manuel Árias
Director do Serviço
de Informação e Apoio Cultural

Edição

Serviço de
Informação e Apoio Cultural

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas - Lisboa - Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

EDIÇÃO EUROPA

Commission paritaire n.º 3331 P

Sede

Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombasle
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

Distribuição

França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços

França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 32 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

Edição Europa

A «Edição-Europa» da revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas», correspondente à parte da tiragem que é distribuída na França, República Federal da Alemanha, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Suíça e Grã-Bretanha, deixou de ser impressa em Paris, passando a sê-lo em Lisboa, em simultâneo com a tiragem destinada ao resto do mundo.

De Lisboa, a «Edição-Europa» passará, a partir deste número, a ser enviada regularmente para Paris, de onde continuará a ser distribuída pelos países a que se destina.

Por razões de ordem técnica, a numeração genérica da revista, que vai presentemente no seu 33.º número, substitui aquela que estava a ser atribuída à «Edição-Europa», e que se iniciara, em Janeiro de 1978, com o n.º 1.

A sede da «Edição-Europa» permanece nos Serviços de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal em Paris, para onde os leitores residentes nos países europeus acima mencionados deverão continuar a enviar os pedidos de assinatura e toda a correspondência. Esta publicação da SENE continuará, de igual modo, a ser enviada para os postos de venda habituais.

**MENSAGEM AOS PORTUGUESES
RESIDENTES NO ESTRANGEIRO**

É nesta época, em que se inicia um novo ano, que sentimos de modo particular as ligações entre portugueses e destes com o país em que nasceram e que, por várias razões, foram forçados a abandonar. Eu próprio já vivi cerca de doze anos no estrangeiro, pelo que compreendo tal sentimento de forma particularmente directa. É assim que neste momento pretendo assegurar que Portugal não se esquece nem se esquecerá dos seus emigrantes, nem o Governo português enjeará as responsabilidades que assume relativamente a eles, dado que, pelo facto de se encontrarem além fronteiras, sentem talvez mais fortemente do que aqueles que aqui vivem os profundos laços que unem os portugueses ao seu país. Prova disto é, aliás, a actividade sempre desenvolvida pelas comunidades portuguesas no sentido de manterem sempre vivas a língua e a cultura do nosso país, mesmo face às sociedades em que se encontram inseridas e às quais não deixam, porém, de se adaptar.

Aproveito esta oportunidade para deixar bem expresso que, no lugar que ocupo, me encontro à disposição de todos os emigrantes portugueses, onde quer que se encontrem, e que não deixarei de empenhar o melhor do meu esforço na procura de medidas e soluções que sirvam, dentro das possibilidades existentes, os seus interesses legítimos.

Aqui vão, pois, os meus desejos das maiores felicidades, para todos os portugueses residentes no estrangeiro, a quem reitero a minha total disponibilidade.

PAULO ENNES

Secretário de Estado
dos Negócios Estrangeiros
e da Emigração

2

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DERROTADA A MOÇÃO DE REJEIÇÃO ÃO PROGRAMA DO IV GOVERNO

O programa do IV Governo Constitucional, a que preside o Primeiro-Ministro Mota Pinto, foi aceite pela Assembleia da República, apesar da moção de rejeição apresentada pelo Partido Comunista.

De facto, como o PSD e o CDS votaram contra a moção comunista e uma vez que o PS se absteve, os deputados comunistas e alguns independentes que votaram a favor daquela moção, não conseguiram mais que evidenciar a sua frontal oposição ao IV Governo.

Recorde-se que, ao empossar o IV Governo Constitucional, o Presidente da República afirmou: "O acto de posse do novo Governo interfere na mais profunda crise política ocorrida na vigência do actual sistema democrático português, põe termo à sua última erupção na esfera governativa e é, por si, desanuviador do ambiente político. Não lhe é possível ser mais, nem poderia ser menos".

No discurso então pronunciado, o Primeiro-Ministro sublinhou, por seu lado, que exerceria as funções "no respeito da Constituição e com expressa adesão a determinados princípios e objetivos que se traduzem na necessidade de reforçar a consciência da identidade nacional, de proporcionar ao Povo Português formas de liberdade concreta mais plena e responsável, de promover o desenvolvimento económico e me-

lhorar a qualidade de vida, de assegurar maior justiça social".

Apresentação do programa governamental na Assembleia

Quando, na Assembleia da República, o programa do IV Governo foi apresentado publicamente pelo Primeiro-Ministro, ficaram desde



O vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças e do Plano, prof. Jacinto Nunes, e o Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, no final do debate parlamentar, na Assembleia da República.

logo bastante claras as posições do PCP e do novo Executivo, enquanto, paralelamente, os outros grupos parlamentares faziam os seus pedidos de esclarecimento sobre certos aspectos do programa.

Nessa apresentação programática, Mota Pinto referiu, particularmente, os quatro aspectos atinentes à formação do IV Governo Constitucional e à sua circunstância: "O Governo entendeu não dever reeditar fórmulas de coligação disfarçada que a ninguém — nem aos partidos, nem à democracia, nem ao próprio País — favoreceriam (...). O aprontamento dos mecanismos eleitorais é um compromisso do seu programa e uma norma da sua actividade (...). Uma firme vontade de cooperação leal e fecunda, nos termos constitucionais, com os demais órgãos de soberania: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Tribunais (...). Inclusão no elenco governamental de personalidades inseridas em meios sócio-profissionais de variados pontos do território português".

O debate parlamentar

Nos debates parlamentares, que se prolongaram por seis dias, intervieram muitos deputados, de todos os partidos com assento na Assembleia da República, e vários ministros, merecendo relevo especial a intervenção do Ministro do Plano e das Finanças, Jacinto Nunes, que anunciou ser intenção do Governo reactivar o sector siderúrgico, rever outros grandes projectos económicos e ainda tentar resolver os problemas que se levantam à Marinha Mercante, CP, plano de Alqueva e Petroquímica (Sines).

No último dia, o Partido Comunista apresentou a sua anunciada moção de rejeição, por considerar que "tanto pela fórmula e composição como pelas posições programáticas e previsível actuação prática, o Governo do professor Mota Pinto não só não pode resolver qualquer dos grandes problemas nacionais, como inevitavelmente os agravará a todos".

Intervenção final do Primeiro-Ministro

Ao encerrar os debates, Mota Pinto voltou a referir o teor das declarações feitas no dia da apresentação do programa, considerando urgente "vencer o desafio imposto pela actual crise que o País atravessa" e apontando de novo os aspectos fundamentais de acção do seu Governo: "É com esse espírito, no respeito pela Constituição e pelas leis, que podemos almejar o reforço da consciência e da identidade nacional, o desenvolvimento integral da personalidade dos portugueses mediante formas de uma liberdade mais ampla e responsável, apontada também para uma verdadeira democracia económica, o desenvolvimento material e a qualidade de vida, a realização gradual e efectiva da justiça social", disse Mota Pinto.

Prosseguindo a sua intervenção e depois de rejeitar "o conservadorismo" de que o seu Gabinete foi acusado, porque, afirmou, "nem como tal me considero, nem os outros membros

do Governo que perante mim são responsáveis”, o Primeiro-Ministro acentuou que “o modo de concretizar estes objectivos passa pelo reforço das regras da vida democrática, passa pela vivificação da sociedade civil, mas também pela não abdicação da soberania do Estado perante um arquipélago de instituições que tendem a ser pequenos feudos, mais ou menos corporativos. Tais feudos esvaziam de poder os órgãos de soberania como suporte democrático e disso pode ser testemunha quem tenha antecipadamente ocupado o Executivo”.

Mais adiante, ao concretizar a linha política que marcará a acção do Governo, Mota Pinto declarou: “Bater-nos-emos por uma firme defesa de realismo na clarificação e funcionamento de dois sectores básicos da nossa economia: o sector privado e o estatal. O Governo desenvolverá também uma política no sentido da promoção saudável e equilibrada, sobretudo entre os emigrantes e a juventude, do sentimento nacional e dos valores culturais portugueses”.

«Vencer o desafio imposto pela crise»

A seguir, depois de ter feito uma breve análise da situação do País, da crise política existente desde a demissão do II Governo Constitucional e da crise económica, “que tem vindo a arrastar-se de longe e ninguém poderá deixar de considerar preocupante”, o Primeiro-Ministro colocou uma questão fundamental: “Quais as principais expectativas do povo português? Que o Governo e esta Assembleia decidam um problema de rótulos e fórmulas? Ou que se aponte um conjunto de linhas de acção, que comece a resolver a situação de crise que há tanto tempo se arrasta no País?”.

Sublinhando que o Governo não se furtaria ao diálogo com a Assembleia da República, nem à fiscalização, por parte desta, da sua acção, Mota Pinto concluiu com as seguintes palavras: “Os objectivos e preocupações reformistas do Executivo serão, sobretudo no estado actual da vida portuguesa, um enquadramento, uma perspectiva, um critério. Todavia, a prioridade de acção cabe às medidas concretas e eficazes que recuperem a actividade produtiva, restituam a confiança aos operadores económicos, promovam o emprego, melhorem as condições materiais de vida. Esperemos que se comece a vencer o desafio imposto pela crise que o País tem vindo a atravessar”.

Votação e declarações de voto

Tendo, desta maneira, o Governo desfeito as dúvidas e as reservas de alguns partidos, respondendo favoravelmente às questões colocadas pelo PSD durante o debate e confirmado a

confiança que o CDS nele patenteara desde o início, passou-se à votação da moção de rejeição proposta pelo Partido Comunista, que obteve os seguintes resultados: votaram contra a moção o PSD e o CDS (109 votos ao todo); abstiveram-se o PS e o deputado Galvão de Melo (97 votos); e votaram a favor o PCP, a UDP e cinco deputados independentes (ao todo 45 votos).

As declarações de voto dos partidos, comprovaram as dificuldades com que o Governo deparou durante o debate.

Assim, para Acácio Barreiros (UDP), “a fraqueza fundamental deste Governo é que, tendo passado na Assembleia, não passará no País”. O deputado da UDP responsabilizou de tal facto o PS, dizendo que este partido “entre-

res, a política do Governo não resolverá nenhum problema fundamental, ao contrário, será fonte de novas tensões sociais”.

Carlos Robalo, na declaração de voto do CDS, explicitou as razões que levaram o seu partido a viabilizar o Governo e afirmou, a dado passo: “Aduzimos como razões importantes e justificativas da nossa posição, decidida democraticamente nos órgãos competentes do partido, o programa e a composição do actual Governo e ainda a personalidade do professor Mota Pinto que, como deputado à Assembleia Constituinte, com outros deputados, lutou em 1975, pela defesa da democracia contra a ameaça totalitária que se seguiu ao 28 de Setembro e ao 11 de Março, pervertendo o verdadeiro sentido do 25 de Abril”.

A moção de confiança a apresentar na Assembleia

A posição do PSD foi transmitida pelo deputado Amândio de Azevedo, nestes termos: “Ao votar contra a moção de rejeição apresentada pelo PCP, o PSD, de harmonia com a deliberação do seu conselho nacional, presume que a moção de confiança será de facto apresentada à Assembleia da República, quando os mecanismos eleitorais estiverem concluídos”. E depois de afirmar que o Governo se tinha comprometido a criar as condições “para que um acordo interpartidário venha a ser celebrado, segundo a segunda das alternativas definidas pelo Presidente da República em 22 de Setembro passado”, o deputado social-democrata anunciou que o seu partido havia considerado satisfatórias “as respostas em matéria de expropriações futuras na zona de intervenção da reforma agrária, da despartidarização dos órgãos de comunicação social estatizados, da libertação do aparelho de Estado de clientelas partidárias e de reforço da sua eficácia e competência”.

Na breve declaração de voto lida por Carlos Lage, o PS afirmou que se absteve na votação da moção de rejeição “apesar de não alimentar ilusões acerca da natureza deste Governo, da sua lógica política profunda, dos interesses sociais que reflecte e dos apoios políticos que lhe estão subjacentes. Este Governo tem os seus apoios políticos que lhe estão subjacentes. Este Governo tem os seus apoios naturais no PSD e no CDS, que são, como é óbvio, politivamente responsáveis por ele. A sua tónica política é conservadora, e não está em sintonia com as opções do eleitorado português. Assim, o PS assume-se como oposição a este Governo e à constelação de forças políticas que o geraram e apoiam (...). As pressões mais ou menos ostensivas que sobre nós se exerceram para influenciar o nosso voto, tiveram o mérito de evidenciar que continuamos a ser a chave da vida política portuguesa”. ■



O Primeiro-ministro em declarações aos representantes dos órgãos de informação.

gara o Governo à direita reaccionária” e terminou sublinhando que era necessário promover “eleições gerais antecipadas” para “mostrar aos vencedores do 25 de Novembro que a maioria continuará com o 25 de Abril, com a Constituição, com o Socialismo”.

Severiano Falcão, em nome do PCP, acentuou que o seu partido votara contra o programa do Executivo porque o Governo de Mota Pinto “é um Governo abertamente de direita, centrado na área política do PSD e do CDS, fortemente influenciado pelo PSD, parlamentarmente minoritário, participado e apoiado por grupos extraparlamentares dos mais reaccionários, designadamente o PPM, a CIP e a CAP”. E a concluir disse este deputado: “Em matéria de direitos e interesses dos trabalhado-



III CONGRESSO DO CDS

O Centro Democrático Social (CDS) realizou no Porto o seu III Congresso Nacional, durante o qual foi aprovado o relatório da comissão política (com a abstenção dos representantes da Juventude Centrista) e reconduzidos os dirigentes mais conhecidos: Freitas do Amaral, Amaro da Costa e Basílio Horta.

Ao abrir o III Congresso do CDS, cujo objectivo era proceder "à primeira fase de uma vasta e profunda reorganização interna" do partido, Freitas do Amaral evocou o que foi o I Congresso, também realizado no Porto, e elogiou depois a acção do secretariado nacional. Ao referir a entrada do CDS para o II Governo Constitucional, o presidente centrista sublinhou: "Era preciso um Governo de forma rápida, tendo em vista sobretudo os acordos com o FMI. Sabíamos que o partido ia sofrer com essa decisão aliando-se ao PS no Governo. Mas pusémos os interesses do País acima do partido. Hoje vemos que o partido perdeu com a ida para o Governo, em favor do interesse nacional que ganhou".

Após uma breve referência à rejeição, por parte do CDS, do Governo de Nobre da Costa, Freitas do Amaral afirmou que "no IV Governo tudo mudou como da noite para o dia. Em vez de um Governo que tenta acordos com o PCP, o IV Governo tem a coragem de enfrentar o PCP, dizendo as verdades que há muito se não ouviam nas bancadas de S. Bento".

**«Activar e proporcionar
uma revisão global
da Constituição»**

No debate que se seguiu, os dirigentes cen-

tristas foram concordantes em apontar a necessidade de um referendo para uma nova Constituição "necessariamente não socialista", tomando nesse sentido uma das decisões mais importantes do Congresso: "Activar e proporcionar uma revisão global da Constituição equivalente a uma verdadeira reforma".

Além disso, foram também aprovadas duas moções estratégicas, uma de natureza política — "reconciliar o País com o Estado" — e outra de natureza económica, que se referia a "modernizar, desenvolver, repartir".

A estratégia do CDS orientar-se-á, agora, no sentido da formação de uma unidade de acção que permita "a eleição de uma maioria capaz de inverter a actual correlação de forças partidárias na Assembleia da República e fora dela, visando superar "a maioria de esquerda" em todas as frentes e criar a base política de apoio para a reconstrução do País e do Estado, nomeadamente na perspectiva de um pacto de reforma constitucional a fazer".

A renovação do CDS

Acrescente-se ainda que, "uma vez passadas as fases da luta pela sobrevivência", foi preconizada a renovação do CDS, de modo a "tornar-se o eixo nuclear da vida aconstitucional e do Governo, na década de 80, em Portugal".

Na sessão de encerramento, Freitas do Amaral aludindo àqueles que tinham previsto a desagregação do seu partido, afirmou: "O CDS é uma prova visível de que em Portugal existe espaço para quem pretenda fazer da política

triufo de métodos honestos e de homens sérios e verticais". Seguidamente, o presidente centrista enumerou os quatro problemas que, a seu ver, devem ser enfrentados na resolução das várias crises de que se compõe a crise nacional — o ideológico, o constitucional, o político e o económico-social — e, a propósito do primeiro, acentuou que o seu partido sempre dissera que "o socialismo é uma falsa solução" e que a colectivização da terra significa a perda da liberdade para os trabalhadores rurais.

Os principais cargos directivos

Neste Congresso foram ainda aprovadas diversas alterações à orgânica das cúpulas nacionais do partido, ficando os principais cargos directivos do CDS distribuídos da seguinte maneira:

Comissão Directiva: Freitas do Amaral (presidente); Amaro da Costa, Basílio Horta e Lucas Pires (vice-presidentes); Rui de Oliveira (secretário-geral); Sá Machado (adjunto do presidente do partido e presidente da Comissão Governamental); João Porto (vice-presidente da Comissão Governamental); Azevedo Coutinho (presidente da Comissão das Relações Internacionais); Ribeiro e Castro (presidente da Comissão de Formação Política e Organização Social); Luís Barbosa (presidente do Conselho Económico).

A Mesa do Congresso é formada por Pedro Vasconcelos (presidente) e Anacoreta Correia, Nuno Abecassis e Sousa Pinto (vice-presidentes). A Comissão Política é constituída por 53 membros e o Conselho Nacional por 62 militantes. ■

O ENSINO EM PORTUGAL

Em Portugal, o sistema e a organização do ensino tem vindo ultimamente a passar por períodos de mudança, que se reflectem sobretudo nos inícios dos anos escolares. Não admira que tal aconteça, pois as questões que se levantam são fruto não apenas da falta de professores e de escolas ou da sua deficiente distribuição, mas também de uma busca de identidade própria e de orientação que o ensino em Portugal tem vindo a atravessar nos últimos anos.

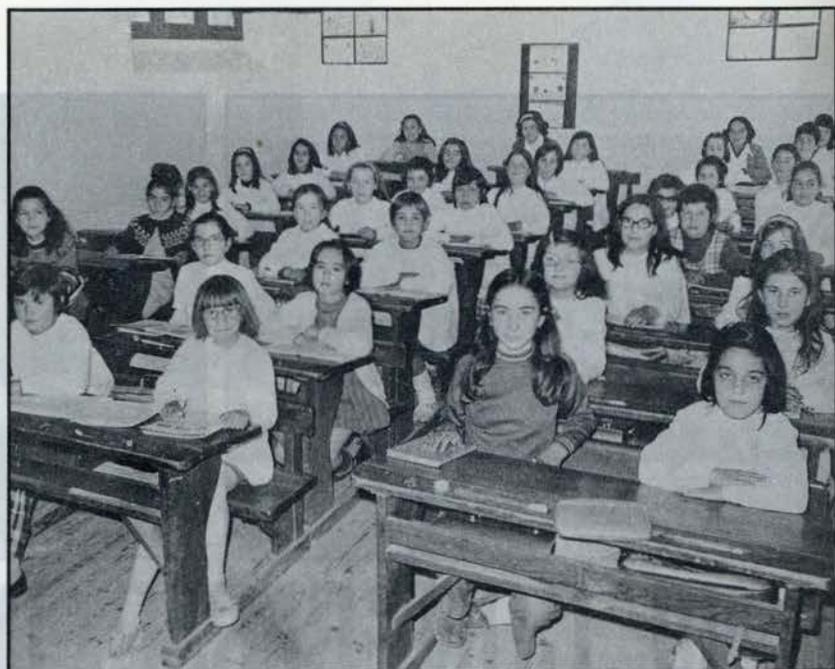
É importante realçar a entrada em funcionamento, pela primeira vez no corrente ano lectivo, do ensino pré-escolar e do ano preliminar do ensino primário. Esta experiência que retoma uma das iniciativas mais válidas tomadas no tempo da 1 República no campo de educação, está a ser aplicada em 200 classes apenas, prevendo-se que no próximo ano seja alargada a cerca de duas mil classes pré-escolares (do ano preliminar de acesso ao ensino primário).

No entanto, este ensino infantil frequentado por crianças dos 3 aos 6 anos, situa-se quase exclusivamente nos grandes centros urbanos, motivo pelo qual ficam impedidas de o frequentar cerca de 90 por cento das crianças daquela idade.

Impulsionar a frequência do ensino básico

O ensino básico dirigido às crianças com mais de 6 anos, compreende o ensino primário elementar (com 4 anos de duração) e o ensino primário complementar (com 2 anos de duração). Estes 6 anos são considerados de escolaridade obrigatória, mas enquanto nos primeiros 4 anos a taxa de escolaridade atinge quase os 100 por cento, não acontece o mesmo nos 2 últimos anos.

Até ao presente, o alargamento da escolaridade obrigatória ao período de seis anos, não foi grandemente compreendida pelas famílias, razão pela qual se verifica uma percentagem de absentismo de 17 por cento, a partir da 4ª clas-



se. Para incentivar a frequência da 5ª e 6ª classes, a Direcção Geral do Ensino Básico promoveu uma campanha de motivação das famílias. Ainda neste sentido e para sensibilizar os pais a inscreverem os filhos naqueles dois últimos anos de escolaridade obrigatória, o exame e diploma da 4ª classe foi substituído pelo exame final do curso básico (ou seja da 6ª classe), que passou a ser uma das condições exigidas para o concurso de acesso a lugares da função pública.

Paralelamente, alargou-se a rede de transportes escolares de modo a servir o maior número possível de localidades e previu-se também a concessão de subsídios a estudantes economicamente necessitados e a substituição do ensino pela TV por um ensino directo.

O ensino secundário

Iniciada em 1975/76 com o lançamento do 7º ano de escolaridade, a remodelação do ensino secundário visa encaminhar a educação escolar para uma actualização pedagógica crescente, e que tenha em conta as transformações sócio-económicas operadas no País. Por essa razão, terminou a distinção liceu/escola técnica, facultando-se a todos os estudantes a frequência de um "percurso" escolar comum que lhes dê, mais tarde, a possibilidade de uma boa escolha profissional.

O ensino especial

Não podemos esquecer estes dois tipos de ensino que reclamam maior atenção da parte dos responsáveis pela educação em Portugal.

O ensino especial dirige-se a quase meio milhão das chamadas "crianças deficientes ou inadaptadas". Porém, com as actuais estruturas oficiais existentes, apenas uma pequena percentagem dessas crianças pode beneficiar de tal ensino, que procura oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento das suas aptidões.

Foi esse o motivo que levou os pais e diversos técnicos de educação a fomentar e lançar cooperativas de reeducação de crianças inadaptadas (CERCIS) e outras iniciativas neste âmbito.

Instalações escolares

A estrutura actual do ensino é grandemente afectada pela falta de instalações escolares que ultimamente mais se agravou com a autêntica "explosão" escolar verificada no País. Um relatório recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), revelava que Portugal tinha necessidade de construir imediatamente quase 40 mil salas de aulas: 20 mil para o ensino pré-primário, quase 17 mil para o ensino básico e mais de 1500 para o ensino secundário.

O Ano Propedêutico

Um dos problemas resolvidos pouco satisfatoriamente é o do Ano Propedêutico, em que no último ano lectivo, estiveram inscritos 30 mil alunos, todos à procura de um lugar na Universidade. Deste número, apenas foram aprovados 4517 estudantes na primeira passagem, facto que gerou um movimento de protesto.

O Ministério da Educação acabaria, porém, através de uma portaria, por abrir as portas da Universidade a mais cinco mil alunos do Pro-pedêutico.

Tal como no ano passado, as várias disciplinas são orientadas por um conjunto de professores especializados, num total de 134 equipas, que prestarão apoio pedagógico através de um Centro especializado a criar em todos os distritos.

A entrada na universidade

Entretanto e relacionando-se com esta questão, o "Diário da República" divulgou os "numerus clausus", ou seja, o número de alunos que podiam inscrever-se pela primeira vez nos diversos estabelecimentos do ensino superior e que foram distribuídos da seguinte maneira no corrente ano lectivo:

— Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras (620), Ciências (500), Direito (400) e Medicina (210), nomeadamente;

— Universidade de Lisboa: Letras (1030), Direito (600), Ciências (440), e Medicina (225), nomeadamente;

— Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior Técnico (650), Economia (300) e Educação Física (280), nomeadamente;

— Universidade Nova de Lisboa: Ciências Humanas (200), Economia (150) e Ciências Médicas (135);

— Universidade do Porto: Letras (995), Engenharia (350), Economia (300) e Ciências (280).

Refiram-se por fim os lugares disponíveis nos Institutos Superiores de Engenharia de Lisboa, Porto e Coimbra (1180 lugares, ao todo), de Contabilidade e Administração (das mesmas cidades e de Aveiro, com 740 lugares) e de Ciências do Trabalho (450).

O ensino superior de curta duração

Prevê-se que entrem em funcionamento no ano lectivo de 1980/81 as primeiras escolas do ensino superior de curta duração, abrindo as restantes, em várias regiões, à medida que forem concluídas.

O projecto global deste ensino, que implica investimentos da ordem dos quatro milhões de contos (a preços de 1978), abrange quatro sectores: o da formação de professores para o Ensino Básico, tendo em conta as necessidades do país em 1985; o sector da Agricultura e Pescas; o sector da Indústria e o sector da Saúde.

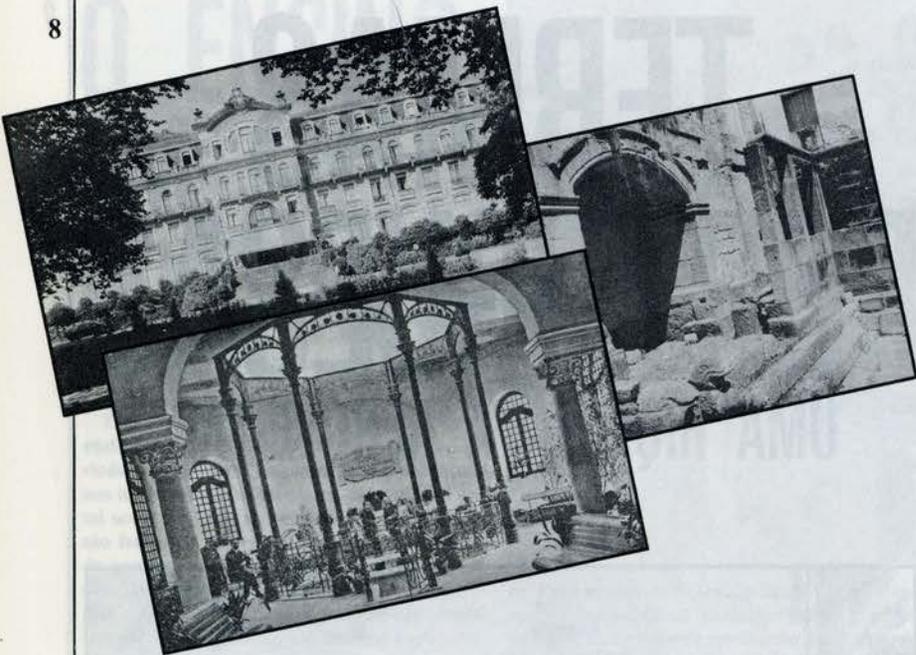
Acrescente-se que foram já concretizadas algumas das condições indispensáveis para o lançamento deste ensino: a aquisição de terrenos para as futuras escolas, a encomenda de equipamentos, a concessão de subsídios estrangeiros e a ida de professores a outros países, com vista à formação de docentes para esse ensino.

TERMAS PORTUGUESAS

UMA RIQUEZA A APROVEITAR



Muitos portugueses ainda não se deram conta da imensa riqueza que as termas nacionais representam. Possuindo o País para cima de 400 nascentes de água minero-medicinais já analisadas, apenas 43 estão em actividade. Porém, é de esperar que num prazo de quinze a vinte anos, estejam à disposição dos numerosos aquistas e turistas nacionais e estrangeiros, uma centena de estâncias termais.



Num estudo promovido pela Comissão Nacional do Ambiente, sublinha-se que o termalismo português não acompanhou a evolução verificada no continente europeu após a segunda grande guerra mundial e que, praticamente, tem sido nula a investigação científica e o ensino universitário em terapia termal.

Neste estudo, feito em colaboração com outras entidades oficiais ligadas ao sector, revela-se que a riqueza termal de Portugal rivalizando com a de outros países europeus, continua, infelizmente, por explorar.

De facto, o território nacional (continente e ilhas) é tão rico em nascentes deste tipo como a França (com 126 estâncias termiais) a Alemanha Federal (254) e a Polónia (236).

Entretanto e apesar da manifesta desactualização das estruturas termiais nas últimas décadas, registou-se um pequeno aumento de frequência média anual, ou seja, de 43 mil inscrições em 1946, passou para 69 mil em 1976.

Mas as previsões são animadoras, pois esperam-se cerca de 80 mil pessoas em 1980 (aumento significativo em relação a 1976) e a presença de 200 mil aqistas no ano 2000, frequência que levantará certamente, o problema quanto a hospedagem e períodos de utilização das termas, questões que se tornam urgente encarar.

Acrescente-se ainda que a actividade directamente ligada ao termalismo emprega hoje mais de 10 mil trabalhadores (incluindo o engarrafamento de águas minerais) e o volume de negócios ultrapassa os 500 mil contos anuais. Brevemente, com o progresso registado, a produção do sector do

engarrafamento subirá para 300 milhões de litros de água/ano, no valor de um milhão e 300 mil contos.

As Jornadas de Termalismo

Realizadas no Estoril, no ano passado, as Jornadas de Termalismo tiveram o mérito de pôr em realce as imensas possibilidades das termas nacionais e de chamar a atenção para a urgência de se estabelecer uma política adequada no aproveitamento das termas, de modo a colocá-las ao serviço da medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

Para que estes objectivos sejam alcançados, é necessário analisar e definir a utilização de cada estância termal e, simultaneamente, dar o devido relevo à preparação do pessoal médico e para-médico que trabalha em termas.

Além disso, as Jornadas chamaram também a atenção dos governantes para a necessidade de actualizar a Lei das Águas que data de 1892. Contando já 85 anos, a regulamentação da exploração das águas minero-medicinais carece, pois, de uma revisão urgente.

As potencialidades nacionais

Até ao momento foram analisadas cerca de quatro centenas de nascentes, encontrando-se em funcionamento apenas 43, das cem que possuem alvará de exploração.

Por razões várias e falta de apoio oficial, muitas entraram em declínio e outras deixaram de funcionar. O que não é de estranhar, dado que as captações de água da maioria tem mais de 50 anos e as deficiências se avolumaram.

Para além deste ramo da hidroterapia (cura pela água), poder-se-á desenvolver no nosso País a talasso-terapia (cura pela água do mar) e a clima-terapia (curas de montanha), pois Portugal possui uma extensa orla marítima e uma rica zona montanhosa.

Termas por todo o País

As estâncias termiais encontram-se espalhadas por todo o lado, com relevo para o norte e zona da Beira Alta.

No Minho situam-se as Caldas de Monção (reumatismo, bronquite e doenças de articulações), de Melgaço (diabetes e aparelho digestivo), do Gerês (fígado e vias biliares) e de caldeas (intestinos).

Em Trás-os-Montes localiza-se um dos núcleos mais importantes, o Complexo Termal do Alto Tâmega, conjunto com mais de 1700 camas, onde se vão investir um milhão de contos, proximamente. São as termas de Carvalhinhos (intestinos, fígado, rins e prevenção da cárie dentária), de Vidago e Pedras Salgadas (doenças hepato-vesiculares, gastro-duodenais, diabetes, estômago) e de Chaves (estômago, intestinos e circulação de sangue).

No centro, além das termas da Curia (reumatismo gotoso), do Vale da Mó, Anadia (depressão nervosa) e do Luso (aparelho urinário, rins, bexiga e diabetes), situa-se, perto de Viseu, um outro conjunto termal dos mais afamados do país: as Caldas de Felgueiras, Nelas (aparelho respiratório e circulatório e doenças de pele), S. Gemil, Tondela (pele, reumatismo e gota), Alcafache, perto de Mangualde (reumatismo crónico, doenças de pele e bronquites crónicas e asmáticas), S. Pedro do Sul (nevrites), Taipas e Vizela (doenças da pele, reumatismo), Carvalhal, (Castro Daire), Aregos, Resende (irregularidade do metabolismo e alergias), Cavaca, Aguiar da Beira (doenças do fígado, intestinos e pele) e as de Moledo do Douro, Régua (reumatismo).

Ainda nas Beiras, temos as termas do Cró, de Manteigas (reumatismo e pele), Touca, Carria (Belmonte), Alardo, Unhais da Serra e as de Monfortinho (fígado, vias respiratórias e pele), cuja utilização data da romanização da península.

Perto do litoral situam-se as Caldas de S. Jorge, na Vila da Feira (reumatismo, vias respiratórias e pele), Monte Real (estômago, intestinos e fígado), Piedade, Alcobaca (doenças de pele, reumatismo e fígado), Caldas da Rainha (reumatismo e aparelho respiratório), Vimeiro (estômago, intestinos e pele) e as dos Cucos, perto de Torres Vedras (reumatismo).

Ao sul, além das termas de Castelo de Vide, de Moura e de Pisões as mais conhecidas são as Caldas de Monchique, no Algarve (para reumatismo crónico e doenças do aparelho respiratório). ■



«Partida de Damas», óleo de Abel Manta; Mestre Abel Manta, numa foto recente.



OS 90 ANOS DE ABEL MANTA

Amigos e admiradores do pintor Abel Manta prestaram-lhe homenagem, por ocasião do seu 90º aniversário natalício.

Abel Manta é uma das personalidades mais representativas das artes plásticas portuguesas contemporâneas. Tanto em Lisboa como em Paris esteve ao lado dos introdutores do modernismo com o escultor Canto da Maya e o crítico de arte José de Bragança, últimos sobreviventes dessa geração de que fizeram parte, entre outros, Amadeu de Sousa Cardoso, Armando Basto e António de Azevedo, a par de Almada Negreiros, Eduardo Viana, Jorge Bar-

radas, Suart Carvalhais, Dórdio Gomes e outros.

Abel Manta, que se assinalou como paisagista e retratista de alto mérito, também se distinguiu como figura marcante das tertúlias literárias e políticas de Lisboa. Foi um dos membros que se reunia no consultório do prof. Pulido Valente, onde afluíam alguns dos principais vultos da oposição democrática e, também, da "porta da Bertrand", ao lado de Aquilino Ribeiro, seu amigo de sempre e, tal como Abel Manta, natural da Beira.

Abel Manta nasceu em 1888, seguindo para Paris em 1919, em cujo "salon" expôs nos anos de 1921, 1922 e 1923. Ao regressar a Portugal, entrou no ensino técnico. Foi para o Funchal e, mais tarde, voltou a Lisboa onde, em 1934, foi injustamente vencido no concurso para professor das Belas-Artes, tendo passado a leccionar na Escola de Artes Decorativas António Arroio até à aposentação, em 1958.

Expôs desde 1913 na Sociedade Nacional das Belas Artes e ali obteve sucessivas medalhas; em 1935, 1936, 1938 e 1941 esteve presente nos salões do SPN/SNI, onde recebeu o prémio "Silva Porto" em 1942. Fez decorações para a exposição de Sevilha em 1929, forneceu cartões para vitrais do Instituto Nacional de Estatística em 1933, e dos Jerónimos, em 1935.

No dizer de José-Augusto França, "Paris foi, para Manta, a descoberta do impressionismo e de Cézanne, que lhe ficaram no gosto e na memória. (...)" Situando-se a sua obra "entre a natureza-morta cezanniana e a paisagem urbana impressionista", onde se define o seu trabalho que, "na maturidade sobretudo, se enriqueceu com notáveis retratos".

Os seus trabalhos sobre Lisboa celebrizaram-se, não só pela originalidade inesperada do ângulo da sua tomada de vista, como pelo lirismo de cidade de província que imprime ao total das composições. No dizer do crítico acima citado, Manta "afirma-se como o maior retratista do seu tempo, capaz de integrar a expressão psicológica num sistema pictural coerente, com simultâneo entendimento plástico do retrato e compreensão do seu significado humano e social".

Abel Manta, decano de pintores, figura carismática de uma geração de homens de rija têmpera que constitui fonte de tantas ideias que alumiaram a "apagada e vil tristeza" dos 48 anos do "antigamente", mereceu a homenagem agora prestada por alguns amigos e admiradores; mas uma outra homenagem, de divulgação nacional, mereceria a sua obra, parecidos. Os seus 90 anos exigem-no, por aquilo que representam em ideais e trabalho. ■

Na noite de 7 para 8 de Dezembro de 1930, quando iria completar 35 anos de idade, morreu, vítima de doença, a poetisa Florbela Espanca. Completaram-se, pois, 48 anos sobre a data em que desapareceu uma das nossas mais singulares vozes poéticas, criadora de poemas que para o seu tempo, e apesar da tacanhez de muitos, mereciam a admiração dos homens de letras e do público leitor. Logo após a sua morte, a primeira edição de "Charneca em Flor" esgotou-se numa semana, continuando hoje a edição completa dos seus sonetos a ser um dos maiores "best-sellers" nacionais.



Mulher singular, voz única na poesia portuguesa, como a caracterizou o ensaísta António José Saraiva, Florbela, tanto em vida como, sobretudo, após o seu falecimento, foi vítima dessas calamidades mesquinhas com que certa opinião pública, supostamente "bempensante", entende que deve "brindar" aqueles (e aquelas) que, no seu limitado raciocínio, não compreende. Assim se criou o "mito" do seu suicídio e das relações incestuosas com seu irmão Apeles. Ainda há pouco alguns órgãos da nossa imprensa diária ao assinalarem a efeméride, atribuíam, levemente, a sua morte ao suicídio.

A morte de Florbela bateu certa com o dia do seu aniversário, mas isso foi pura coincidência e, até hoje, o seu suicídio nunca se provou. Existem, pelo contrário, provas irrefutáveis que explicam a natureza da sua morte. Debilitada como estava, vítima de edema pulmonar, desde algum tempo antes, esgotado em extremo o seu sistema nervoso, pouco terá bastado para que num espaço mínimo de tempo, se finasse, sendo suficiente um pequeno excesso ou um descuido de medicação. Florbela tomava comprimidos de veronal desde havia muito tempo, por indicação médica do próprio

FLORBELA ESPANCA

Florbela Espanca e o seu irmão, Apeles; na página ao lado, um conjunto de fotografias da poetisa, documentando fases distintas da sua vida.

marido, visto sofrer de contínuas e prolongadas insónias. Ora acontece que este medicamento, dada a sua alta toxicidade e a sua contra-indicação em infecções pulmonares ou cardíacas, pode levar à morte quando tomado em dose ligeiramente superior à indicada, e as forças físicas da poetisa encontravam-se reduzidas ao mínimo. A verdade é esta, e daqui ninguém de bom senso pode ser levado a concluir que Florbela se tenha suicidado. Mas, há mais, Florbela era católica, (de controverso catolicismo), e como tal, pediu para ser "sacramentada" — visto aguardar a sua morte, calmamente, de um para outro momento — pelo então pároco de Matosinhos, o que efectivamente aconteceu; teve, ainda, sepultura cristã, o que para aqueles tempos é testemunho muito significativo de como nada levava a concluir tratar-se de uma suicida. Por outro lado, sendo católica, como pediria ela a "extrema-unção", sabendo o que a Igreja prescreve para todo e qualquer cristão que intenta suicidar-se? O menos que podemos dizer da calúnia que então circulou, e hoje ainda vive, é que a ignorância é a mãe dos mal-entendidos.

Um outro "mito"

Quanto às supostas relações incestuosas com o seu irmão Apeles, trata-se de um outro "mito" que é preciso apagar de vez. É certo que Florbela dedicou sempre ao irmão uma amiza-

de terna e profunda, como de mãe e filho. De resto, havia sido ele quem melhor a compreendera, quem procurara suavizar-lhe as mágoas místicas e humanas, quem, com acinte, passou à tela um dos mais originais retratos da poetisa, e quem afinal, privado como ela da mãe, mais se veio a apresentar como necessitado de afecto maternal, que desde os quatro anos de idade já é assinalado em Florbela pelo irmão. De resto, é ela a confidente das desventuras sentimentais do irmão com outras mulheres, e a sua correspondência para este testemunha, para quem a quiser consultar, um vero amor filial. Só, pois, uma mentalidade folhetinesca, que vê, obrigatoriamente, na vida independente dos personagens de um romance ou nas divagações estéticas de um soneto, facetas pessoais da vida dos seus autores, pode ser levado a concluir semelhante enormidade. E também aqui, tal como no seu pretenso "suicídio", nada há provado, antes pelo contrário. Só, pois, por maldicência ou delírio, propensos a ver em tudo, essencialmente, manifestações de sexualidade, ou por anacrónico conservadorismo, inclinado a estigmatizar a mesma sexualidade como coisa do "demo", se podem assumir tais atitudes. Num e noutro caso, a pobreza de espírito e a calúnia podem dar-se as mãos, sobretudo se se trata de uma mulher, nesses recuados anos 20 que, ainda por cima, fazia desassombradamente poesia como nenhuma outra (e alguns homens inclusive) a houvera feito.

A poesia de Florbela Espanca

Esta é que é a verdade: a sociedade em que Florbela viveu, machista e maniqueista, não es-



tava à altura (nem queria estar) de entender o espírito de emancipação, a força libertadora, que a sua poesia implica. E não queria, porque a sua sociedade era aquela que restaurara o tradicionalismo "absolutista" (golpe fascista de 28 de Maio de 1926), e liquidara a experiência democrática da I República. Florbela pouco ou nada se ocupou com a política; contudo, dela poderemos dizer que, sem ser uma personalidade filiada em ideologias ou partidos, era de um vasto progressismo e de uma lucidez política razoável. Em carta ao pai, escrita de Esmoriz a 30/11/1925, Florbela aprecia as eleições e a situação do País nestes termos, sem, todavia, deixar de insinuar a inconsequência paterna: "Então lá se foram as eleições? (...) Ora esta! Tenho um pai bolchevista! Então tu, burguês, capitalista... Ora o pai bolchevista!!! O meu homem é republicano mas como é duma inteligência e duma cultura raras não apoia partido algum, e sem má fé nem fanatismos diz bem do que é bom e mal do que é mau que infelizmente é quase tudo". Mais à frente, depois de dizer que continua conservadora, porque "tenho um medo que me pélo dos bombistas", confessa que foi "vermelha nos tempos da monarquia". Florbela d'Alma da Conceição Espanca, nascida a 8 de Dezembro de 1894, em Vila Viçosa, assistiu à implantação da República, ao golpe fascista do 28 de Maio, à suspensão da "Seara Nova", onde colaborou pela mão de Raul Proença e, ainda que a sua sensibilidade se circunscrevesse a um âmbito designadamente estético, estes acontecimentos não podiam deixar de influir-lhe indirectamente na obra, dado que, ao influírem no contexto da sociedade portuguesa, para pior (28 de Maio), criaram-lhe implicitamente desejos e lutas internas que o seu tempo não podia admitir numa mulher: "Deus fez os nossos braços p'ra prender / E a boca fez-se sangue p'ra beijar" diz-nos ela no "Livro de Soror Saudade". Soror "ousada", lhe poderemos chamar, pois dizer tão simples e natural verdade, era ousadia "imperdoável"

numa mulher. De perfil moral tecido à base do amor, deste sentimento brotam qualidades que transcendem este último, caindo no éter do idealismo: "Eu quero amar, amar perdidamente / Amar só por amar; Aqui... além / Mais Este e Aquele, e Outro e toda a gente...". Não é já somente o amor humano; a sua poesia busca a forma idealizada deste, numa generosidade que, por ser colectiva, se torna um sonho que persegue sem alcançar; é a própria beleza estética da perfeição humana, quase deificada, e por isso dirá de si mesma no soneto "Novidade": "Sonho que sou a Poetisa eleita, / Aquele que diz tudo e tudo sabe, / Que tem inspiração pura e perfeita, / Que reúne num verso a imensidade". Não, não podia reunir "num verso a imensidade", mas reuniu em alguns sonetos a angústia estética da perfeição nunca atingida, porque pura abstracção ideal. Já outro poeta (Camões), havia dito que "se transforma o amador na coisa amada", e a luta do artista continua impossível, mas real e positiva na beleza que esta perseguição nos tem vindo a legar.

Uma perfeição inatingível

Não se estranhe que, noutros sonetos e em cartas familiares, ela transfira essa perseguição impossível para o terreno religioso (apesar do seu fim católico e, portanto, cristão): "Vejo-te só a ti no azul dos céus, / Olhando a nuvem de oiro que flutua... / Ó minha perfeição que criou Deus / E que num dia lindo me fez sua!". Como se vê, Deus torna-se uma ideia sua, algo que a sua perfeição (sempre ela) criou e, nesse sentido, a sensibilidade não aceita qualquer contrariedade imposta por tudo o que está decidido e convencionalizado sobre religiões ou sentimentos: "Não, não falemos de política nem de religião; não nos entenderemos. Sou pagã e anarquista, como não poderia deixar de ser uma pantera que se preza (...)", diz-nos numa carta, para acrescentar em soneto: "Meus êxtases, meus sonhos, meus cansaços... / — São os teus braços, / Via Láctea fechando o Infinito!". Trata-se, pois, de uma religião. A poeta não é anti-religiosa, mas pagã, e nesse seu paganismo, encontramos a criação lógica dos objectos dignos de amor, de respei-

to, assim como toda a gesta de valores morais que ela entendeu inaugurar: "(...) Sou a irmã do sonho, e desta sorte / Sou a crucificada... a dorida..."; ou ainda: "A minha dor e um convento ideal / Cheio de claustros, sombras, arcaicas, / Aonde a pedra em convulsões sombrias / Tem linhas dum requinte escultural".

A sua poesia foi uma impossível religião de amor, com catedrais de maravilhosas e belas construções no soneto, como raramente nos é dado ler na nossa língua: "O amor dum homem? — Terra tão pisada, / Gota de chuva ao vento baloiçada... / Um homem? — Quando eu sonho um amor de um Deus!... Para Florbela o amor transforma-se, assim, numa simbiose entre o amor platónico e puramente romântico. Ela atribuía-se qualidades só dignas de um Deus, tal como os antigos gregos: "Porque o meu Reino fica para além... / Porque trago no olhar os vastos céus, / E os oiros e clarões são todos meus / Porque Eu sou Eu e porque Eu sou Alguém". Alguém que não é ela mesma, mas muitas outras, todas, quase todas as mulheres portuguesas como o pretendeu sublimar neste soneto:

Lembrança

*"Fui Essa que nas ruas esmolou
E fui a que habitou Paços Reais;
No mármore de curvas ogivais
Fui Essa que as mãos pálidas pousou..."*

*Tanto poeta em versos me cantou!
Fiei o linho à porta dos casais...
Fui descobrir a Índia e nunca mais
Voltei! fui essa nau que não voltou..."*

*Tenho o perfil moreno, lusitano,
E os olhos verdes, cor do verde Oceano,
Sereia que nasceu de navegantes...*

*Tudo em cinzentas brumas se dilui...
Ah! quem me dera ser "Essas" que eu fui,
"As" que me lembro de ter sido... dantes!..."*



MORREU FERNANDO PEYROTEO

O "mais notável avançado de centro português", assim foi chamado a seu tempo Fernando Peyroteo, quando, com Jesus Correia, Vasques, Travassos e Albano, constituía a equipa de Alvalade denominada como a dos "cinco violinos", numa brilhante carreira que o levou a marcar ao longo da sua vida de jogador de futebol 321 golos, sendo ainda hoje o detentor do recorde nacional, contra os 272 golos de Eusébio, o segundo nesta classificação.

Peyroteo nasceu em Humpata (Angola), a 10 de Março de 1918, tendo-se iniciado no futebol na época de 1935/36, no Sporting de Luanda. Aos 19 anos veio para Portugal e para o Sporting, vinte vezes internacional nesta fase. Finalmente, depois de abandonar o futebol como jo-



A equipa de futebol do Sporting, na década de 40 e, em baixo, os célebres «cinco violinos» — com Peyroteo ao centro — reunidos numa foto obtida nos finais dos anos 50.

gador, foi ainda treinador em Angola, tarefa que desempenhou até 1961, com o cargo de seleccionador nacional. Actualmente trabalhava na Direcção-Geral dos Desportos, desde que, em 1975, havia regressado definitivamente a Angola. Tendo sofrido amputação da perna direita, vítima de uma lesão num jogo em Las

Cortes (Barcelona), em 10 de Maio de 1956, continuou todavia a entregar a sua vida ao futebol, tendo "fabricado" numerosos jogadores na sua terra natal. Com a sua morte, aquele que foi uma das lendas vivas do futebol português, deixou mais pobre não só o futebol angolano, mas também o futebol nacional. ■

FERNANDO MAMEDE UMA VITÓRIA EM ESPANHA

O atleta Fernando Mamede foi o vencedor do I Corta-Mato Internacional «Finlândia» que se disputou em Madrid.

Mamede cobriu os 10 quilómetros do percurso em 29 minutos e 46,8 segundos. Em segundo lugar classificou-se o finlandês Tapio Kantanen, e em terceiro o espanhol José Luis Gonzalez.

Como participaram na prova mais de uma centena de atletas de reputação internacional, podemos considerar notável esta vitória de Mamede bem demonstrativa da sua boa forma, o que nos leva a pensar em «hipóteses» para o atletismo português nos Jogos Olímpicos de Moscovo daqui a ano e meio.

JOÃO CARLOS REGRESSA DO CANADA



Regressado do Canadá e Estados Unidos, onde fez excelente temporada, o defesa central João Carlos apronta-se para voltar ao futebol lusitano contando já alguns convites. Dois deles vieram de equipas da 1.ª divisão nacional e três do escalão imediatamente a seguir, o que reflecte a boa reputação do jogador, cujo nome foi firmado como sendo um dos melhores "backs" do futebol português e ao qual se augura uma excelente carreira.



Atletismo: alguns seleccionados para as próximas Olimpíadas iniciam um treino, no Estádio Nacional, sob a orientação da equipa técnica.

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NAS OLIMPIADAS DE 1980

Em recente conferência de imprensa efectuada em Lisboa, foi apresentado o plano de trabalho da preparação e representação da equipa nacional portuguesa aos próximos Jogos Olímpicos, que se realizarão em Moscovo em 1980.

O referido projecto, elaborado pelo Comité Olímpico Português em colaboração com a Direcção-Geral dos Desportos, foi já apresentado às 22 federações de modalidades olímpicas, para que as mesmas apresentem, por sua vez,

os respectivos planos de representação nacional.

Actualmente, apenas estão em condições de ser abrangidas por um plano de preparação as seguintes modalidades: atletismo (8 participantes); na natação (5); judo e tiro com armas de caça (4); e hipismo (1). Admite-se, a título excepcional, a possibilidade de, na preparação olímpica, virem a ser considerados atletas daquelas ou de outras modalidades que venham a obter resultados que o justifiquem e que garantam uma função de representatividade a nível de alta competição.

Nas medidas de acção imediata, saliente-se o início, em data próxima, da preparação para os atletas cujas federações garantem um trabalho efectivo e resultados internacionais que perspectivem o

cumprimento dos critérios selectivos.

Por outro lado, o prof. Reis Pinto, director-geral dos Desportos, anunciou na mesma data ter o nosso País recebido um convite para participar nas "Espartaquíadas" de Moscovo de 1979, o qual foi aceite para 20 atletas. Está-se neste momento a elaborar um estudo sobre a forma de participação dos nossos representantes nesta competição.

Mantém-se, entretanto, o apoio financeiro de uma grande empresa de refrigerantes norte-americana, relativamente à participação da selecção nacional nos Jogos Olímpicos. No total, serão recebidos daquela empresa 4471 contos, 816 dos quais já foram entregues ao Comité Olímpico Português.



Francisco Xavier Araújo, conhecido professor de patinagem no «ring» do Jardim Zoológico, recebeu o diploma de honra de «Fair Play» de 1977, atribuído pelo Comité Internacional de «Fair Play», por proposta do Comité Olímpico Português. Da sua actividade de desportista salienta-se o facto de ter sido ele o introdutor da prática do rãguebi em universidades portuguesas, em 1934, dirigindo as primeiras equipas escolares de Agronomia, Veterinária, Técnico e da Academia Militar. Em 1977, foi eleito, por aclamação, sócio de mérito da Associação de Patinagem de Lisboa. Apesar da sua avançada idade (nasceu em São Tomé em Abril de 1892) Francisco Xavier Araújo continua a dar o seu contributo a esta última modalidade, ajudando os jovens patinadores que se iniciam no Jardim Zoológico de Lisboa.

PRÉMIOS STROMP

O jogador Inácio, elemento destacado da defesa do plantel de futebol leonino, foi distinguido com o título de «atleta profissional do ano» na atribuição dos «Prémios Stromp», concedidos aos sportinguistas que mais se distinguiram no ano findo. Acrescenta-se, entretanto, que, numa atitude inédita, o prémio para o «técnico do ano» coube a uma entidade colectiva: o corpo docente de ginástica daquele clube, constituído por 14 técnicos.



REGIONAL

ALGARVE: PLANO MARISQUEIRO PARA A REGIÃO

Até final de 1979, deverá atingir cerca de 40 mil contos o investimento que a Secretaria de Estado das Pescas está a realizar no Algarve, com o lançamento do Plano Marisqueiro. Tal Plano reveste-se da maior importância, considerando-se as potencialidades da referida região em certas espécies de moluscos, pois no ano findo essas mesmas espécies contribuíram para a economia regional e nacional com 113 480 contos, correspondendo a mais de 2 mil e 600 toneladas de marisco. O Plano Marisqueiro visa, em especial, o aumento da produção, racionalização da qualidade estado sanitário dos moluscos em que, sobretudo, as rias de Faro e Alvor são particularmente ricas.

Ainda no aspecto económico, será significativa uma referência às exportações de marisco para Espanha: no ano findo estas totalizaram 120 mil contos. Assim, e tendo como objectivo incrementar tal produção, será feita a delimitação dos bancos naturais, simultaneamente com a instalação de viveiros experimentais, numa tentativa de pesquisa com base científica.

BARREIRO

Tudo leva a crer que a população da vila do Barreiro (cerca de 140 mil habitantes) venha a ser beneficiada em breve com a construção de novo hospital distrital. A Direcção-Geral das Construções Hospitalares realizou já o concurso público para a construção deste estabelecimento de saúde.

BRAGANÇA: NOVO EDIFÍCIO DOS CORREIOS

O novo edifício dos Correios e Telecomunicações desta cidade, cujas obras custaram 45 mil contos, deverá entrar em funciona-

mento neste ano. A construção deste imóvel insere-se no prosseguimento do plano de automatização da rede telefónica CTT/TLP, na região de Bragança e nele ficará instalada a futura estação telefónica automática da cidade.

CALDAS DA RAINHA: I FEIRA NACIONAL DE CERÂMICA

A Câmara Municipal de Caldas da Rainha e a Comissão Municipal de Turismo, apoiadas pelas indústrias concelhias e um grupo de amigos das cerâmicas locais, decidiram levar a efeito, entre 21 e 29 de Julho do ano em curso, a I Feira Nacional de Cerâmica, no Parque D. Carlos I.

Representando o franco desenvolvimento verificado em toda a região, a feira virá certamente a contar com elevado número de expositores, adivinhando-se os reflexos que não deixará de ter nos sectores da indústria e turismo. A I Feira Nacional de Cerâmica aparecerá como complemento do Museu Nacional da Cerâmica, que, dentro em breve, será fundada nas Caldas da Rainha.

GOUVEIA: ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A vila de Gouveia que tem vindo a debater-se com dificuldades de abastecimento de água — situação que se deve, segundo relatório da edilidade, à grande estiação que no ano passado se fez sentir, assim como aos fogos que destruíram as matas municipais onde se situam as principais nascentes e respectiva tubagem —, tem quase concluído o projecto de remodelação das redes de água e esgotos, o qual orça em 2 430 contos e constitui factor de indistinctivo melhoramento local que com ansiedade era esperado pela população.

HOSPITAL DE LORDELO

O Governo da Noruega investiu, nos últimos quatro anos, cer-

ca de um milhão de contos no Hospital de Lordelo, em Vila Real. Por outro lado, este estabelecimento hospitalar, construído há dois anos, foi recentemente visitado por quatro técnicos finlandeses, acompanhados por representantes dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças, que tiveram ocasião de analisar o projecto do hospital e o estado de evolução em que se encontram as obras em curso

MATOSINHOS: 125.º ANIVERSÁRIO DA VILA



Igreja do Bom Jesus, em Matosinhos.

Uma semana de arte, conferências e concertos fizeram parte do programa comemorativo dos 125 anos de Matosinhos como vila e sede de concelho. As comemorações, que se prolongaram por todo o mês de Dezembro, foram muito concorridas e despertaram, naturalmente, o bairrismo das gentes da vila pela efeméride.

OLIVEIRA DO BAIRRO: PROJECTO PARA O CENTRO DA VILA

Em reunião da Assembleia Municipal desta localidade ficou deliberado, em decisão ainda sujeita a outras formalidades, avançar-se com o "Plano de Pormenor do Centro da Vila", o qual transformará substancialmente este último, vindo a dar novo aspecto, mais consentâneo com a sua categoria de sede de Conselho, a Oliveira do Bairro.

O referido Plano abrange uma zona que inclui a actual Avenida, a Praça e o Largo da Igreja, com as ligações circulares respectivas,



A Covilhã, única cidade da região designada por «Cova da Beira», comemorou os seus 108 anos de elevação a esta categoria, num ambiente de festa.

A urbe covilhanense junta esta a outras datas significativas do seu desenvolvimento, tais como o ano de 1498, quando D. Manuel, em 21 de Fevereiro, a designou «a principal entre outras vilas do reino» e, em 6 de Junho de 1570, D. Sebastião lhe conferiu o título de «notável».

prevendo-se a criação de um núcleo de equipamentos, uma nova Praça, um Centro Comercial e de Recreio, um cinema e instalações para grupos desportivos e recreativos. Surgirão, também, através deste Plano, habitações em bloco e banda contínua e serão construídos novos arruamentos, alargados os actuais e aproveitado o acesso à Escola Preparatória, com a sua transformação em estrada municipal. Esta obra é considerada fundamental para o progresso da vila e concelho de Oliveira do Bairro.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Encontram-se em fase inicial as obras daquilo que será o pavilhão gimno-desportivo da "União Desportiva Oliveirense", instalações que irão colmatar uma lacuna que vinha sendo sentida por todos os praticantes e adeptos do clube local. As instalações do futuro pavilhão ocuparão uma área superior a mil metros quadrados, quatro

mil dos quais será totalmente coberta, albergando uma lotação de 3500 espectadores sentados.

SENHORIM: LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS

Estão terminados os trabalhos de alcatroamento entre a estrada nacional nas Carvalhas e o limite do concelho, na zona do Outeiro. Entretanto, foi já adjudicada a obra a encetar na ligação rodoviária para S. João do Monte, incluindo cortes em várias curvas do caminho, facto que deverá facilitar bastante a condução de quem utiliza esta via.

VIANA DO ALENTEJO

Encontram-se em curso os trabalhos de uma nova ponte sobre o rio Xarama, nesta localidade. A nova ponte, de utilidade rodoviária, substituirá a antiga. Este grande melhoramento incremen-

tará os transportes de mercadorias anteriormente difíceis, visto que a ponte velha apenas suportava camiões de reduzida tonelagem. Os trabalhos abrangem também uma outra ponte de caminho de ferro e uma passagem superior que substituirá a actual passagem de nível na estação de Viana do Alentejo.

VILA REAL: CASA MUSEU GUERRA JUNQUEIRO

Os responsáveis pela fundação do Museu Provincial Transmontano pensam criar em Freixo de Espada à Cinta, tão brevemente quanto lhes seja possível, a Casa-Museu de Guerra Junqueiro. De acordo com um elemento da comissão promotora desta iniciativa cultural, a casa onde nasceu e viveu o autor de "Os Simples", naquela vila do extremo sudeste do distrito de Bragança, seria aproveitada para a recolha de grande parte do espólio literário e artístico do poeta republicano.

NOVO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES

Para substituir Álvaro Monjardino, actual ministro-adjunto do IV Governo Constitucional, foi eleito presidente da assembleia Regional dos Açores o deputado social-democrata, pelo círculo do Faial, Madruga da Costa.

Antes da eleição — que teve lugar durante a sessão de reabertura do parlamento regional — foi aprovado um voto de congratulação pelo trabalho realizado pelo anterior presidente, Álvaro Monjardino, que, segundo se acentua nesse documento, “sempre conseguiu entender e defender o sentir do povo açoriano”.

Na mesma sessão, foi iniciado o debate da proposta de Plano e Orçamento daquela Região Autónoma para o corrente ano. A proposta seria posteriormente aprovada, com 21 votos a favor (PSD) e 10 contra (PS); os deputados do CDS não participaram nesta sessão da Assembleia. O Plano agora aprovado, prevê, designadamente, um programa de apoio à indústria — ao qual destina um investimento de 40,2 mil contos —, destinado, sobretudo, a apoiar as indústrias tradicionais do arquipélago.

COMISSÃO PARA AS REGIÕES AUTÓNOMAS

Em Lisboa, o Presidente da República conferiu posse, na mesma data, sessão Consultiva para as Regiões Autónomas, que é presidida pelo comandante Almeida e Costa, membro do Conselho da Revolução, e constituída por Luis Gallego, Manuel Filipe Gouveia de Jesus e Francisco Medeiros Bettencourt.

SUBSIDIO A SATA

O Governo Regional dos Açores acaba de conceder à transpor-

tadora aérea SATA um subsídio, reembolsável, de 15 mil contos, destinado ao pagamento de todos os encargos bancários da empresa. Na mesma reunião do executivo açoriano, em que foi tomada esta medida, foi igualmente decidido dinamizar a construção de um estaleiro de construção e reparação naval, na Praia da Vitória.

ENSINO UNIVERSITÁRIO

O Instituto Universitário dos Açores vai passar a ministrar no-

vos cursos, de acordo com um decreto regulamentar do Ministério da Educação e Cultura publicado no “Diário da República”, tendo em atenção as condições específicas daquela Região Autónoma e as necessidades do seu desenvolvimento. Assim, foram criados no Instituto Universitário dos Açores os seguintes cursos: Ciências Agrárias, Organização e Gestão de Empresas, e licenciaturas de ensino de Matemática e Desenho, Física e Química, Biologia e Geologia, Português, Francês e Inglês, História, Ciências Sociais e Geografia.



Os helicópteros «Puma», em serviço na base das Lajes, acabam de completar mil horas de voo ao serviço das populações civis desta região. Na realidade, ao mesmo tempo que iam efectuando os voos que a Força Aérea Portuguesa prevê para treino do seu pessoal, estes aparelhos procediam a numerosas evacuações de urgência, quer nas ilhas onde não há aeroportos, quer em navios que passavam na zona, transportando ainda, gratuitamente, muitas pessoas com necessidade urgente de deslocação.

ORDENADA A EXPROPRIAÇÃO DE NASCENTES

Um despacho dimanado da Presidência do Governo Regional, determinou a expropriação das nascentes de S. Roque do Faial e do Faial, por deficiências na sua utilização e aproveitamento. O referido despacho considera que a utilidade pública decorrente do melhor aproveitamento, daquelas nascentes para a dinamização da agricultura e consequente melhoria das condições de vida

das populações, justificam a expropriação, por parte do sector público regional, das águas ainda em posse de proprietários privados. A execução do despacho foi atribuída à Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

CENTRAL GEOTÉRMICA EM SÃO MIGUEL

Quatro firmas, duas japonesas e duas francesas, apresentaram propostas para o fornecimento e montagem de uma central geotérmica piloto na Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Estas propos-

tas encontram-se presentemente, a ser analisadas pela entidade regional competente.

SEMINÁRIO PARA PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO

Realizou-se neste arquipélago um seminário para os profissionais dos órgãos de informação locais, promovido pela Direcção Regional da Comunicação Social, o qual decorreu num hotel de Santa Maria. O encontro, orientado por José Lechner, abordou problemas relacionados com a missão do jornalista, encerrando-se com uma conferência de imprensa na Câmara Municipal da Vila do Porto.

ANIVERSARIO DO JORNAL «AS FLORES»

Entrou em novo ano de existência o jornal regionalista «As Flores» que se publica na Vila de Santa Cruz sob a direcção do jornalista e deputado Renato Moura.

O quinzenário «As Flores» tem sido o defensor incansável dos interesses das populações das Flores e Corvo, sendo acolhido com simpatia por algumas comunidades de naturais destas ilhas espalhados pelo «Novo Mundo». Desejamos longa vida a este órgão de imprensa regional no prosseguimento dos serviços que presta às populações locais.

FALECEU O BISPO DE ANGRA

Faleceu no Porto, onde se encontrava, o Bispo residencial da diocese de Angra do Heroísmo, D. Manuel Afonso de Carvalho, natural de Subportela, concelho de Viana do Castelo. Esta entidade eclesiástica era doutorada em Direito Canónico pela Universidade Gregoriana de Roma e exerceu, em 1941, o cargo de notário da Cúria.

ORÇAMENTO PARA 1979

Na Assembleia Regional da Madeira, com 21 votos a favor (PSD), 2 contra (UDP) e abstenções do PS e CDS, foi aprovado, na generalidade, o orçamento para 1979 daquela Região Autónoma, bem como o respectivo programa de execução do plano a médio prazo (77/80).

O orçamento agora aprovado tem um valor de 7 milhões 873 mil e 412 contos e prevê um défice de 5 milhões 468 mil e 723 contos (mais 120 por cento que o de 1978) dos quais 4 milhões 733 mil e 703 contos terão de ser financiados pelo Orçamento Geral do Estado. Do conjunto das Secretarias Regionais que maior orçamento apresentaram, destacam-se a dos Assuntos Sociais e Saúde (com 2 milhões, 80 mil e 770 contos), a do Equipamento Social (com 1 milhão 730 mil e 460 contos) e, finalmente, a do Planeamento e Finanças, com 1 milhão 467 mil e 61 contos.

Neste orçamento, estão previstas 3 milhões 211 mil e 994 contos para despesas do Plano, dos quais se destacam 1 milhão e 770 contos para transportes e comunicações, 886 mil e 224 contos para investimentos na habitação e urbanismo e 252 mil e 100 contos para investimentos nos sectores da agricultura, silvicultura e pecuária.

DESSALINIZAÇÃO DO PORTO SANTO

Uma estação de dessalinização de água do mar, através da energia solar, deverá ser construída na ilha de Porto Santo, ao abrigo do acordo de cooperação entre Portugal e a República Federal da Alemanha.

O novo processo, que irá ser posto em prática a breve prazo, foi concebido para ser aplicado em qualquer zona de Portugal. De salientar que, caso o projecto se concretize a estação, após três anos de funcionamento, será entregue ao Estado português.



«Vicente, fotógrafo», este é o título de um filme, já estreado na RTP-1 e na RTP-Madeira, realizado por Vicente Jorge Silva e inspirado no primeiro estúdio fotográfico português, e um dos primeiros do mundo, propriedade do madeirense Vicente. Vicente (o fotógrafo) — bisavô do autor do filme — fotografou personalidades importantes nos fins do século XIX e princípios do presente, entre as quais a célebre imperatriz Sissi, da Áustria, para além de ser autor de muitos apontamentos que perfazem uma quase reconstituição pela imagem de toda uma época histórica.

EMPRESA BALEEIRA MADEIRENSE ASSOCIA-SE A FIRMA INGLESA



A Empresa Baleeira da Madeira, que se dedica exclusivamente à

captura e transformação de cetáceos na região, poderá vir, a breve prazo, a associar-se a uma congénere inglesa, a fim de efectuar um melhor aproveitamento das espécies que demandam as águas madeirenses. Caso as negociações em curso se concretizem, a referida empresa, operando ainda em moldes artesanais, passará a ter uma nova dimensão, estando previsto que seja incorporado na sua frota um moderno navio de caça à baleia.

A empresa da Madeira capturou até ao passado mês de Outubro 52 cachalotes, que produziram 131 220 quilos de óleo, 19 740 quilos de farinha de carne e 32 090 quilos de farinha de ossos. Os óleos são, na esmagadora maioria, destinados a países da Europa Central e as farinhas são consumidas na região, onde são utilizadas em rações para o gado.

Daí a importância que, para o

incremento desta indústria, representa a concretização deste contrato.

EXPORTAÇÃO DE VINHOS

A Região Autónoma da Madeira exportou, entre Janeiro e Setembro do ano findo, três milhões e oitenta e sete mil litros de vinhos generosos, no valor de cerca de 182 milhões e setecentos mil escudos, o que traduz um decréscimo de cerca de 351 mil litros e um acréscimo no valor exportado de cerca de 40 milhões e 546 mil escudos, em relação a igual período do ano anterior. A França, com um milhão e 153 mil litros (mais de um terço do total exportado) foi o maior cliente da Madeira, seguindo-se a Alemanha Federal, com 415 325 litros e a Inglaterra, com 301 101 litros.



O presidente cessante da Assembleia do Tratado do Atlântico Norte, «sir» Geoffrey de Freitas, ao discursar na abertura dos trabalhos, em sessão realizada no hemiciclo de S. Bento.

24.^A ASSEMBLEIA DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

«É cada vez menos possível encarar a defesa da Europa sem ter em conta a evolução do continente africano, que afectou o nosso passado e que condicionará, no futuro, a viabilização da nossa vocação europeia», afirmou o Presidente Ramalho Eanes na mensagem que dirigiu aos participantes da 24.ª Assembleia Anual do Tratado do Atlântico Norte que decorreu em Lisboa.

Num outro passo daquela mensagem — que foi lida pelo presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos —, o Chefe de Estado português sublinhava que “não nos oferecem dúvidas sobre a actualidade dos princípios da Aliança, nem sobre a plena validade dos princípios que a enformam”, acrescentando que “Portugal partilha o entendimento de que a dimensão cultural e política é também essencial à eficácia do esforço integrado de segurança europeia e atlântica”.

Na sua comunicação, Ramalho Eanes fez também notar que “é insuficiente considerar o vector militar determinante da defesa aliada”, pois “o nosso futuro joga-se na estabilidade das instituições democráticas e na sua capacidade de resposta às expectativas generalizadas de um desenvolvimento económico real e equilibrado, que assegure uma verdadeira justiça social”.

O Presidente Eanes reafirmou ainda na sua mensagem, que “Portugal tem consciência do seu contributo humano, político, diplomático e estratégico para o sistema de defesa do Atlântico e está disposto a valorizá-lo e a defendê-lo na sua integridade, pelos seus próprios meios e com o apoio indispensável dos seus aliados”.

Nesta Assembleia anual, realizada em Lisboa, participaram duzentos delegados dos quinze países signatários do Tratado do Atlântico Norte. A delegação portuguesa foi constituída pelos deputados José Luis Nunes — que presidiu —, Ângelo Correia, Jaime Gama, Sousa Franco e Adriano Vasco Rodrigues

Comissões especializadas

Nas primeiras sessões, efectuadas na Fundação Calouste Gulbenkian, os parlamentares estiveram reunidos em cinco comissões (económica, educação e assuntos culturais e informativos, militar, política, científica e técnica) tendo participado depois nas sessões plenárias que decorreram na Assembleia da República.

Na comissão política, o deputado Almeida Santos (PS) fez uma intervenção sobre a Constituição Portuguesa. Um outro deputado português, Alfredo de Sousa (PSD), foi convidado a pronunciar-se perante a comissão económica sobre alguns aspectos da economia do nosso País. Alçada Baptista e Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Gulbenkian, analisaram os principais problemas da cultura em Portugal, em discursos pronunciados perante a comissão de assuntos culturais e informativos. Por sua vez, na comissão científica e técnica registou-se a intervenção de Mota Santos — director do departamento português para a Protecção do Meio Ambiente —, que falou da política actual de Portugal nesta matéria.

O general Dias Costa Gomes, foi o orador convidado pela Comissão Militar da Assembleia, tendo abordado o tema “As Forças Armadas Portuguesas e a NATO”.



Joseph Luns, secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

Discurso de Joseph Luns

“A Europa, tal como a Roma antiga, não se pode construir num só dia, sendo natural que a sua edificação requeira aturados esforços, os quais na minha opinião pessoal, têm sido demasiado prolongados. A cada fase da sua construção correspondem ambições específicas. Emprestar uma alma e um espírito à Europa, significa emprestar uma alma a um espírito suplementares à Aliança Atlântica”, declarou Joseph Luns, secretário-geral da NATO, ao discursar na abertura da primeira sessão plenária da Assembleia do Tratado do Atlântico Norte, no hemiciclo de S. Bento.

Depois de manifestar a opinião de que as próximas eleições para o Parlamento Europeu não colidem com a representatividade da Assembleia do Atlântico Norte — de âmbito territorial mais vasto e representando maior número de nações da comunidade ocidental —, Joseph Luns referiu-se às dificuldades existentes na defesa do flanco sul da NATO, situação que considerou “preocupante”, e anunciou que estão em estudo modalidades de assistência económica a Portugal, Grécia e Turquia, os “países membro da Aliança menos favorecidos”, conforme salientou. E a este propósito, o secretário-geral da NATO manifestaria a opinião de que os países membros da Aliança deverão, no seu próprio interesse, “proceder a uma revisão dos princípios que regem a sua política de assistência ao Terceiro Mundo”, acrescentando: “Quanto se verifica que o auxílio prestado aos países do Terceiro Mundo se eleva anualmente a biliões de dólares e que países como Portugal e a Turquia, e em menor escala, a Grécia, apenas podem obter quantidades muito inferiores pelo facto de estarem sujeitos a critérios muito mais rígidos, é legítimo interrogarmo-nos se não estaremos a sacrificar os nossos interesses aos nossos ideais”.

O secretário-geral da NATO adiantaria, mais tarde, que a Força Aérea Portuguesa será

em breve reforçada com 50 aviões-“caças” F-5-E, que serão cedidos pelos Estados Unidos, no âmbito de um programa que prevê uma remodelação progressiva das Forças Armadas Portuguesas. Os primeiros vinte aviões desse tipo serão entregues após a assinatura dos acordos sobre a utilização pelos EUA da base aérea das Lajes, nos Açores. Portugal receberá ainda, dentro deste programa, um novo avião “Hércules C-130”, para transporte de tropas, elevando-se, assim, para seis o número total de unidades desse tipo ao serviço da FAP.

Por outro lado, e ainda segundo Joseph Luns, Portugal venderá à Colúmbia quatro corvetas que estiveram ao serviço durante a guerra colonial, empregando a verba assim obtida na aquisição de três cascos do tipo “Amazon” — os chamados pequenos “destroyers” — à Grã-Bretanha. Estes navios servirão para patrulhar a zona económica de duzentas milhas de águas territoriais, especialmente na área dos Açores.

O nosso País receberá também novos blindados e outro equipamento militar para apetrechamento da brigada NATO.

Uma questão prioritária

O auxílio militar da NATO a Portugal constituiu, aliás, um dos principais temas da conferência de imprensa concedida por Joseph Luns e que decorreu num hotel da capital.

Aquele dirigente da Aliança Atlântica revelou que uma comissão especial foi encarregada de debater o apetrechamento das Forças Armadas Portuguesas — questão considerada prioritária —, além da correspondente dotação de pessoal e treino de tropas. Joseph Luns acentuaria, a propósito, a importância de Portugal no contexto da Aliança, dado que o Comando Iberlant — instalado no nosso país — controla o Atlântico até à costa das Caraíbas.

Tendo em conta que a referida comissão especial encarregada de estudar a concessão de auxílio militar a Portugal, analisará, na mesma



Quatro imagens das sessões realizadas na Assembleia da República (em cima) e na Fundação Gulbenkian (em baixo), onde se destaca o deputado José Luís Nunes, que presidiu à delegação portuguesa.

ocasião, idêntico apoio à Grécia e Turquia, o secretário-geral da NATO fez também notar aos jornalistas a importância da zona mediterrânica, face à "forte presença naval soviética", factor primordial a considerar pela NATO.

Respondendo a uma pergunta sobre a possível adesão da Espanha ao Tratado do Atlântico Norte, Joseph Luns disse que a entrada daquele país ajudaria a reforçar consideravelmente a capacidade da defesa da NATO, aumentando as garantias de paz. No entanto, segundo salientou, a NATO não convidou a Espanha a pertencer à Aliança, "uma vez que só o povo espanhol pode tomar tal decisão".

Sessão de encerramento

A sessão de encerramento desta 24.ª Assembleia do Tratado do Atlântico Norte seria marcada pela intervenção do general Alexander Haig, comandante supremo das forças da NATO na Europa, que apontou a necessidade de reforçar a solidariedade ocidental para enfrentar "o maior desafio do poder soviético". Segundo o general Haig, — que posteriormente concedeu uma conferência de Imprensa —, para além de ser indispensável a manutenção do equilíbrio de forças na zona central da Europa, com o correspondente aumento das despesas militares, terá de verificar-se uma maior coordenação entre os países ocidentais nos domínios político, económico e militar.

Um outro facto relevante nesta última sessão foi a aprovação — com o voto contrário da delegação francesa — de uma recomendação em que se pede aos países da NATO que apoiem os esforços dos Estados Unidos no sentido da conclusão com a URSS de um novo acordo sobre limitação de armas estratégicas, designado por "SALT-2". As restantes directrizes — de efeito meramente indicativo — aprovadas pelos parlamentares da Assembleia do Atlântico Norte no capítulo da limitação de armamento estratégico, apontam para a necessidade de redução dos arsenais nucleares dos dois blocos militares que se defrontam.

"Um êxito para Portugal"

Num encontro com a Imprensa, realizado no hemiciclo de S. Bento, após a conclusão dos trabalhos da 24.ª Assembleia do Tratado do Atlântico Norte, o deputado José Luis Nunes — que, como referimos, chefiou a delegação portuguesa — teve ocasião de sublinhar a importância política do acontecimento, considerando que a realização do mesmo constituiu "um êxito para Portugal".

O presidente da delegação portuguesa referiu-se também "às directivas que se traçaram para valorização das nossas Forças Armadas", salientando que "está, neste momento, aberto o caminho para um auxílio militar da

NATO a Portugal". Para além de um apoio directo, traduzido nos equipamentos que podem ser cedidos às Forças Armadas do nosso País, José Luis Nunes acentuou, igualmente, que tal auxílio pode revestir uma forma indirecta, através de incentivos a unidades industriais ligadas ao sector militar. Aquele deputado recordou, a propósito, que as citadas unidades fabris não estão a laborar em pleno, situando-se a sua produção a níveis ligeiramente superiores a 60 por cento, quando existem domínios, nomeadamente no que respeita a calçado e mesmo a material de guerra, em que estamos em condições de fornecer resposta adequada a maiores encomendas, o que representaria um apreciável contributo para a resolução de crise económica que Portugal atravessa.

Freitas Cruz em Bruxelas



Ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz.

"A discussão do auxílio económico aos países mais desfavorecidos mostra que na NATO se reconhece que a Defesa depende não apenas dos armamentos mas da estabilidade económica interna desses países", afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz, à sua chegada a Lisboa, proveniente de Bruxelas, onde participou na reunião plenária do Conselho Ministerial da NATO.

Tal auxílio que, segundo aquele membro do Governo português, se inscreve "nos aspectos puramente civis da cooperação atlântica" e nada tem a ver com as considerações de ordem militar, será fornecido "a partir de conversações bilaterais" entre Portugal, Grécia e Turquia — os países mais desfavorecidos da NATO — e os restantes membros da Aliança.

"Não foi estabelecido ainda qualquer programa específico", salientou, no entanto, Freitas Cruz, que sublinharia, por outro lado, aos jornalistas "nunca ter estado em causa a fidelidade das autoridades portuguesas ao espírito da NATO, mesmo no período posterior ao 25 De Abril", não podendo, pois, em rigor, falar-se de "reforço de interesse de Portugal por aquela organização".

Na sessão plenária do Conselho Ministerial da NATO, em Bruxelas, o ministro dos Negócios Estrangeiros — que, nesta deslocação foi acompanhado pelo director-geral dos Negócios Políticos do MNE e pelo responsável dos assuntos referentes à Aliança — acentuou "a complementaridade entre o esforço da defesa perante a ameaça externa e a manutenção de níveis satisfatórios da vida" nos países membros do Tratado do Atlântico Norte.

Foi em resposta a esta tomada de posição que os demais ministros dos Negócios Estrangeiros reiteraram a intenção dos respectivos Governos de prosseguirem e intensificarem o seu auxílio económico aos países aliados em dificuldades, para os ajudar a conseguir "uma base indispensável" ao desenvolvimento das suas condições económicas e sociais.

Reunião do Comité de Defesa da NATO



Almirante Souto Cruz e tenente-coronel Loureiro dos Santos.

O almirante Souto Cruz, vice-chefe do Estado-General das Forças Armadas, que, acompanhado pelo ministro da Defesa, tenente-coronel Loureiro dos Santos, participou em Bruxelas na reunião do Comité de Planeamento e Defesa do nosso País para o esforço militar da NATO depende da resolução dos problemas económico-financeiros actualmente existentes.

Souto Cruz referiu, por outro lado, que houve naquela reunião uma atmosfera de grande compreensão para com as dificuldades económicas de Portugal, tendo sido manifestado o desejo, por parte dos restantes países da Aliança, de contribuir para que elas possam ser rapidamente ultrapassadas. ■

ALGARVE



ALGARVE

Povoada pelos romanos e, antes deles por diversos povos, toda a Península Ibérica acumulou inúmeros vestígios históricos. No entanto, raras são as vezes que tais vestígios prevaleceram em condições de durabilidade até aos nossos dias e, amiúde, em séculos passados, encontramos referências a ruínas, templos, necrópoles, entretanto desaparecidas. De alguns desses vestígios resta a gravura à pena que os renascentistas utilizaram com mestria e requinte, única memória descritiva daquilo que foi destruído por calamidade natural ou muito simplesmente pela incuria ou ignorância dos homens. Assim sucede com aquilo que se sabe do Algarve no período antes de Cristo. Mas, sublinhe-se, toda esta introdução vem a propósito de algumas designações atribuídas ao Algarve ou suas raízes, assim como a cidades desaparecidas.

Entre todas, encontram-se as designações, anteriores a Cristo de Lucena e Turdetânia. A segunda era mais uma parcela da Lusitânia e tinha, entre outras duas cidades importantes: Ossónoba, a capital por assim dizer e Balsa. Na Turdetânia, cuja civilização e cultura foram elogiadas por Estrabão (geógrafo grego nascido na Capadócia, autor de uma preciosa «Geografia», morto no reinado do imperador Tibério), viviam os Turdetanos, que seriam descendentes directos ou indirectos dos Cúneos. Os Turdetanos possuíam leis escritas em verso, facto suficientemente singular para que Estrabão os admirasse e descrevesse. Como monumento próximo deste povo, existe a necrópole de Alcalar, da idade do bronze, descoberta pelo padre Nunes da Glória e constituindo um dos exemplares mais notáveis da arquitectura tumular da idade do bronze na Península Ibérica.

Cartagineses e Gregos

No entanto, não devemos esquecer que o Algarve oferecia (tal como hoje) pequenos portos naturais que constituíam um aliciente convite às comunidades de pescadores e mercadores, para que ali estabelecessem pequenos aglomerados habitacionais.

Os destemidos aventureiros de Cartago desembarcaram no Algarve, aliados aos Fenícios, povo que acabaram por dominar. Aos cartagineses (ou aos celtas) se atribui a fundação da localidade que deu origem a Faro, e a de Portus Annibalís, antepassada presumível de Portimão. Bohodes, gover-



Dois épocas distintas na História do Algarve: algumas das peças expostas no Museu Arqueológico de Lagos e, em baixo, um aspecto das ruínas romanas de Milreu.

nador cartaginês, teria construído Lacóbriga. Têm sido encontrados adornos e utensílios fenícios e cartagineses, assim como explorações mineiras desse remoto tempo, testemunho de que para lá da lenda, a História teve vida real e específica. Mas, a fabulosa e lendária história do Algarve, pode remontar mais longe: nem mais nem menos que 400 anos a. de C.! Conta-se que uma embarcação

tripulada por gregos, inimigos dos cartagineses que lhes disputavam o mar mediterrânico, foi tomada por estes últimos, junto ao Cabo de São Vicente. Todavia, reza a lenda, o chefe cartaginês decidiu dar um território aos gregos, onde eles se fixaram e edificaram uma próspera comunidade, presume-se que Carteia, arruinada pelo mar alguns séculos depois. O facto é que em 1856, perto de Tavira, foi

encontrada uma inscrição sepulcral em língua grega, da segunda metade do século I, e que é a primeira nesta língua, assinalada no nosso País.

A História desde a época das Cruzadas

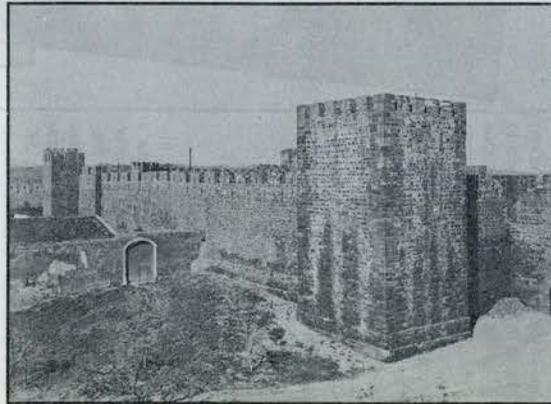
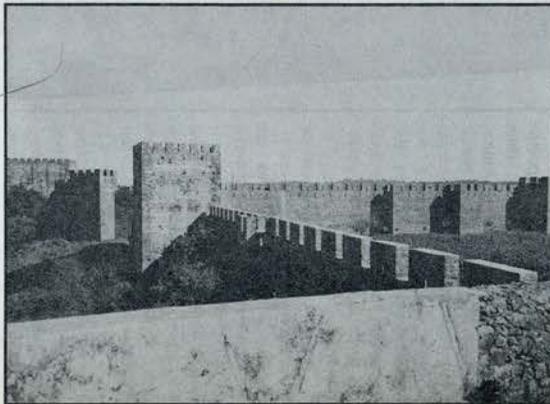
A dinastia marroquina dos Almóadas, que se fundou em 1121, Durou até 1269, tendo dominado o sul da Península ao tempo dos nossos primeiros reis, desde Afonso Henriques a Afonso III. Os Almóadas, ou «os que crêem em Deus», foram os sucessores dos Almorávidas, outra dinastia marroquina, acusada de politeísmo. Nesta dinastia e em toda a gama variada da sua cultura, hábitos e organização política deve ser logicamente procurado o passado remoto do Algarve e, por conseguinte, do algarvio contemporâneo, embora já não se mantenham alguns dos seus costumes e tradições.

Os árabes chamavam a este território *Al Garb*, que significava «país do ocidente», em relação aos territórios norte-africanos de onde a maioria deles era naturalmente proveniente, ou então país que está «no lado onde o sol se põe». Segundo esta noção alguns geógrafos árabes chegaram a incluir Lisboa e Braga no *Al Garb*. À época, para oriente, o *Al Garb* estendia-se até à actual cidade espanhola de Almeria, compreendendo muitas cidades lusitanas e andaluzas. Às terras fronteiras de África, desde o estreito de Gibraltar até Tremencen, davam os árabes o nome de Benemerim, isto é «Algarve de além-mar». Quando a conquista da Península Ibérica atingiu o sul de Portugal, os limites do *Al Garb* começaram a ser reduzidos. Os portugueses tomaram aos árabes a região a ocidente do Gadiana e designaram-na por Algarve. Os espanhóis conquistaram a zona a leste do mesmo rio e denominaram-na Algarbe. Implantada a República em 1910, foi eliminada a designação de Reino do Algarve, usada desde a conquista do território.

Influência Árabe

Não se pode falar do Algarve sem render uma homenagem histórica à influência da cultura islâmica em Portugal e, nomeadamente, nesta província, onde ela mais se demorou, com particular beleza e profundas raízes.

Ainda hoje, as palavras de origem árabe são às centenas no léxico português. Mas entre todas as províncias, excluindo o Alentejo



Silves: vista parcial da cidade e dois detalhes do castelo. O outrora designada «Clelb», a cidade de Silves tornou-se capital de um dos mais ricos principados algarvios e a mais importante urbe da Península, rivalizando com Córdova. Só em 1294 seria definitivamente incluída nos domínios da Coroa portuguesa.

que lhe sofreu as influências de modo quase idêntico, é principalmente o Algarve a sua região privilegiada. Têm origem árabe os vocábulos começados por *ode* e *ben* e quase todos os iniciados por *al*.

Da vasta e rica galeria das notáveis figuras do Islão que viveram e morreram no Algarve, não poderemos deixar de fazer referência aos que a história distinguiu e a lenda envolveu em poesia. Poesia que ainda respiraram muitos dos nossos melhores artistas do século XIX. Por outro lado, para sermos justos e correctos, conforme apraz à História, devemos acrescentar que a designação de árabes é assaz cómoda e genérica, pois determina as gentes árabes, sírias, persas, egípcias e berberes, unidas por fé comum, e que vieram até aqui no século VIII.

Algumas figuras árabes e domínios em que se distinguiram

Os silvenses Ibne Mozaine, historiador; Ibne Badrunne, poeta e escritor; Abd-El-Malek, historiador e jurisconsulto; Xilbia e Mariam, poetisas; Ibne Caci, filósofo; e Ibne Abide, filósofo, jurista, astrónomo e governador de Silves; o louletano Al Oriani, filósofo; o farenses Al-Alam, filósofo e comentador de poesia; e os poetas Ibne Amar, de Estômbar, Ibne Darrag, de Cacela, e Abu Otman, de Tavira. Finalmente o maior cantor das mulheres e das belezas silvenses foi o rei poeta Al-Motâmide, nascido em Beja. Estes são alguns nomes, entre muitos, dos que ficaram para a posteridade.

Da poetisa Xilbia conhecem-se alguns pormenores sobre a sua vida. Sabe-se que dirigiu uma vez um requerimento escrito em verso ao sultão almóada que, tendo invadido o sul de Portugal, passou por Silves. Pedia-lhe que suprimisse alguns impostos pagos pelos habitantes da cidade. O sultão leu o poema, gostou e deferiu o «requerimento» como hoje poderá dizer-se. Miriam, por seu turno, era conhecida em toda a zona muçulmana da Península Ibérica. Além de poetisa foi professora de filosofia, literatura e retórica, em Sevilha e Córdova.

A importância de Silves

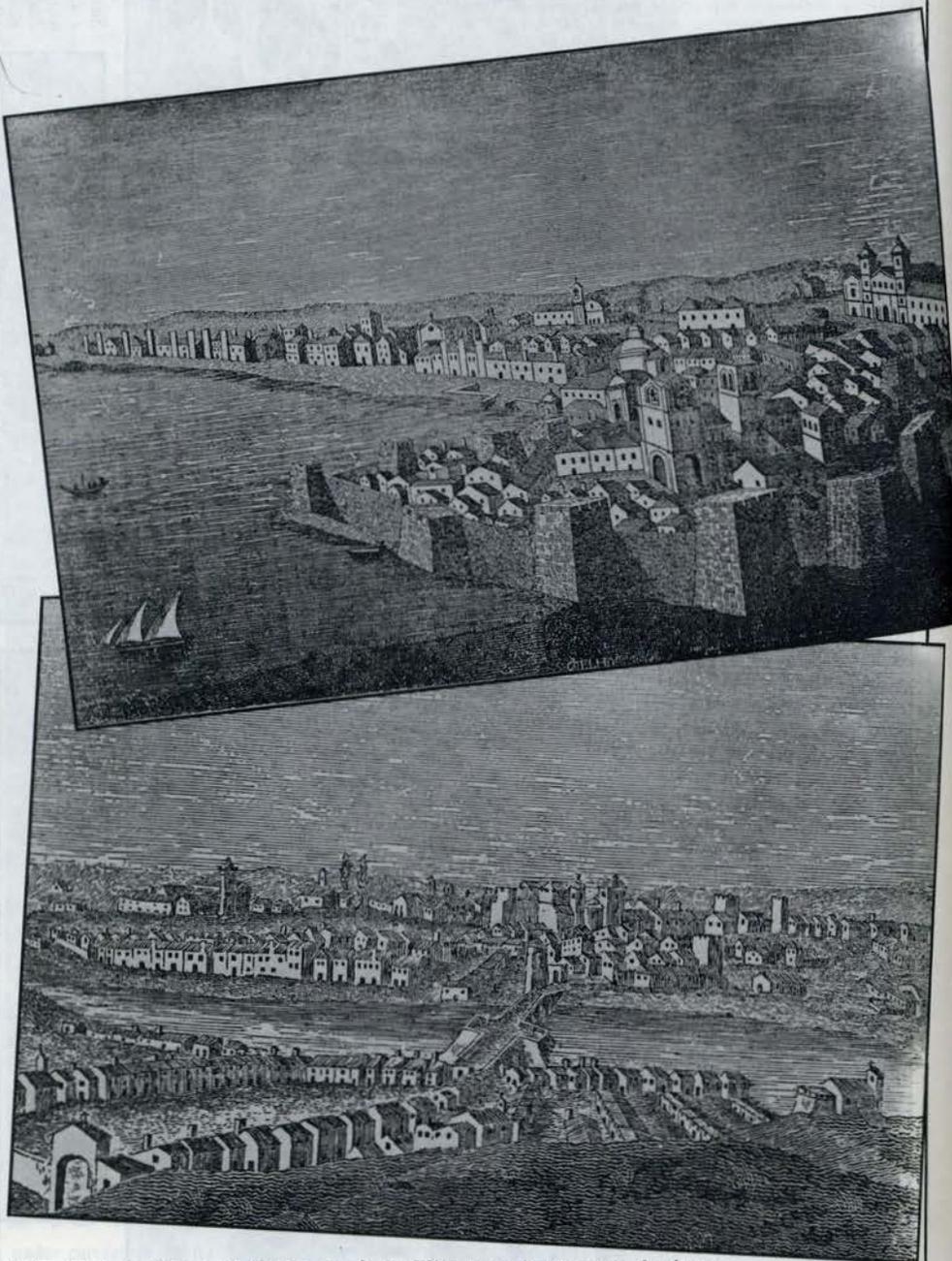
Terá certamente notado o leitor a quantidade de homens de letras e ciência originários da cidade, de Silves ou nela instalados. O facto deve-se a que a cidade, que no tempo era designada por Chelb, foi uma esplendorosa capital de

um dos principados mais ricos do *Garb*, tendo-se mesmo tornado a cidade mais forte da Península, a ponto de rivalizar com a de Córdova e seu califado. Sabe-se que a época da sua maior projecção espiritual teve lugar no tempo dos Múridas, em meados do século XII, sob o domínio de Ubne Caci, chegando a cidade a cunhar moe-

bazares recheados de preciosidades orientais, cercada de pomares víçosos e jardins».

Conquistada aos árabes em 1189, por D. Sancho I, retomada por Yacube no mesmo ano, seria reconquistada por D. Paio Peres Correia, ao serviço de D. Afonso III em 1249, integrando-se definitivamente na soberania portu-
guese.

guese do sul. Facto muitas vezes ignorado pelos historiadores que, na cegueira de justificarem a conquista cristã (ou reconquista segundo outros), ignoram os aspectos necessariamente negativos que ela intrinsecamente implicava, pela cultura oposta que representava e pela moral e primitivismo que imprimiu a regiões possuidoras de

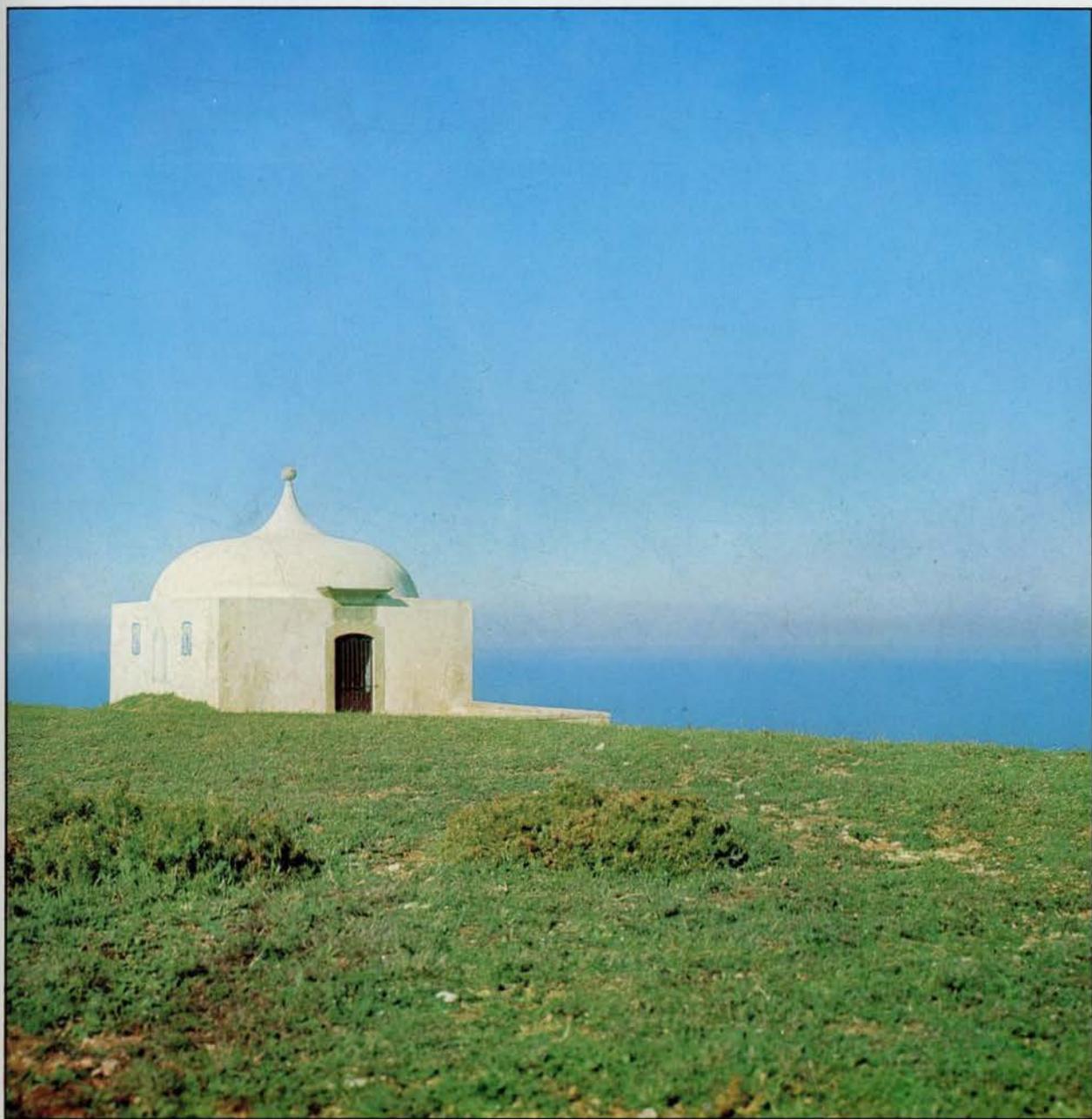


Vista Geral de Faro e de Tavira no século XVII, segundo gravuras da época

da própria. Viveram no interior e exterior das suas muralhas dezenas de milhar de pessoas. Oliveira Martins, na sua «História de Portugal», afirma-nos que ela era «opulenta em tesouros e formosa em construções, vestida de palácios coroados por terraços de mármore, cortada de ruas com

sa. As sucessivas invasões dos cristãos, a pilhagem de cruzados mercenários ao serviço de Portugal na sua conquista e, inclusivé, o gosto austero e sóbrio desses cristãos, de certo modo bárbaros e primitivos, são as causas directas e indirectas da gradual perda de importância dessa faustosa ci-

cultura mais forte e evoluída, como foi o caso da islâmica. De resto, é sintomático notar que se os cristãos conquistaram território aos árabes, a influência destes na administração, língua, ciência, navegação e agricultura, perdeu, inclusivé, até quase aos nossos dias. ■



«Vento mareiro fresco, encapelando levemente a água em ondas verdes, floridas de espuma efémera. Aragem que sacia os pulmões (...). O céu, de um azul intensíssimo, está como que espocado de pequenas nuvens: a ponta do Altar perfila-se com o seu recorte siracusano, e pouco a pouco, ao declinar do Sol, acende-se em oiro.»

*Manuel Teixeira Gomes
(1860-1941)
excerto do livro
«Inventário de Junho»*



Tavira: Igreja do Carmo



Faro: arco da cidade

Tavira: arco da cidade e parte da antiga muralha.

Aljezur: Igreja Nova





ALGARVE

Actual Divisão Administração

O Algarve possui um único distrito, o de Faro. O seu território mede 160 quilómetros de comprimento, desde o Cabo de São Vicente a Vila Real de Santo António, e 40 quilómetros na sua maior largura, de Faro à ribeira Vascão. Tem cerca de 200 quilómetros de costa, dos quais 155 no sul. A costa é rochosa desde o extremo noroeste até próximo do Cabo de Santa Maria. Deste último até Vila Real de Santo António há apenas areias. Possui também algumas ilhas encostadas ao litoral: Barreta, Fuzeta, Culatra, Armona e Tavira. A província é limitada ao norte pelo Baixo Alentejo, a leste pela Espanha, da qual a separa o rio Guadiana, e a sul e oeste pelo Oceano Atlântico.

No distrito de Faro há 16 concelhos que se dividem por 71 freguesias. Segundo o censo de 1970, habitavam a província 266 600 pessoas, número inferior em 44 680 ao obtido na contagem de 1960, e que corresponde a um decréscimo de 14 por cento, provocado pela emigração.

Há cinco cidades no distrito de Faro: a capital, que lhe dá o nome, Lagos, Portimão, Silves e Tavira. E 11 vilas; Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, Loulé, Monchique, Olhão, São Brás de Alportel, Vila do Bispo, e Vila Real de Santo António.

Um Clima Excepcional

O clima do Algarve, de características mediterrânicas puras, com um Inverno temperado e um Verão quente, é o melhor de Portugal. As temperaturas médias do ar são: Primavera, 19 graus; Verão, 25; Outono, 22; e Inverno, 16,2 graus. A média de horas de sol por ano é de 3200. A influência da localização do território, que as serras protegem contra os ventos frios do norte, justifica a inexistência de temperaturas baixas no Inverno; o clima é beneficiado pela vizinhança da corrente do Golfo, que passa no Atlântico. Ventos marítimos que sopram durante algumas horas, suavizam o calor nos dias de Verão. Em contrapartida a província recebe poucas chuvas, sendo o Barlavento, a zona ocidental.

Em consequência deste clima de

excepção, a flora algarvia é de tipo mediterrânico, isto é idêntica à das regiões semi-tropicais.

Agricultura e Flora

As principais árvores do Algarve são, na serra, o sobreiro, azinheiro, pinheiro, castanheiro, eucalipto e medronheiro, estando a última actualmente a ceder a sua área ao eucalipto; nas zonas baixas temos a amendoeira, figueira, alfarrobeira, laranjeira, romãzeira, damasqueiro, pereiro, pereira, macieira, cerejeira, marmeleiro, ameixoiera, nogueira, nespereira e oliveira.

Tem a maior importância para a economia local a exportação de frutos, entre os quais, e principalmente, a amêndoa, o figo seco e a alfarroba. Este último fruto encontra-se em fase de decadência, tendo deixado praticamente de ser utilizado na alimentação do gado, sendo substituído por rações de fabrico mais avançado. A superfície reservada à videira ocupa extensão apreciável, de cujas uvas se fabricam bons vinhos, tais como os de Lagoa e Moncarapacho. Do medronho e do figo destilam-se gostosas aguardentes.

Em tempos não muito idos, do sopê das serras, colhiam-se o sumagre, carasco, carapeto, esparto, pita e diversas outras plantas medicinais com que a população se medicamentava. Os campos algarvios produzem ainda alguns cereais, batatas, legumes e flores.

A Pesca

A pesca é uma das actividades mais importantes e emprega boa parte da população laboriosa da zona costeira do Algarve, onde a indústria conserveira tem grande relevo.

Antigamente, as águas do Algarve mediterrânico eram fartas de atum e espécies similares. Hoje, a sua pesca está em declínio. A pesca efectua-se na época da desova, entre fins de Abril e fins de Junho, deslocando-se esta espécie em cardumes, geralmente provenientes do Sudoeste, e que se dirigem para Nordeste, aproximando-se, assim, a caminho do Mediterrâneo da costa algarvia.

A apanha do atum, faz-se por armações fixas, "almadravas"



Imagens bem características do quotidiano algarvio: um moinho, perto de Albufeira, e os inconfundíveis barcos de pesca no areal de Quarteira.

lhe chamavam os antigos. Hoje, esta faina é conhecida pela "tourada do mar".

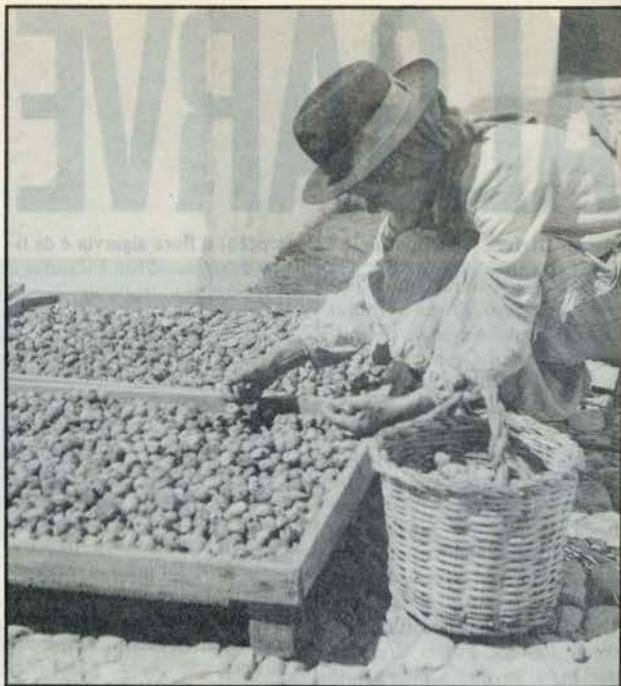
As Praias

Só existe uma maneira eficaz de ver e apreciar as fabulosas e tópidas praias algarvias: vê-las do mar, percorrendo toda a costa da província.

Imaginemos um barco que corta as águas vagarosamente, de modo a permitir a observação e

identificação atenta da paisagem.

À nossa vista desdobrar-se-ão, principalmente, as praias de Altvras, Verde, Manta Rota, Cacula, Cabanas, Tavira, Fuzeta, Arção, Armona, Faro, Vale de Lobo, Quarteira, Falésia, Olhos de Água, Santa Eulália, Maria Luísa, Balaia, Oura, Albufeira, Grande, Calheta, Coelho, S. Rafael, Baleeira, Armação de Pêra, Vale de Centianes, Albadeira, Marinha, Benagil, Carvalho, Bru-



xa, Senhora da Rocha, Carvoeiro, Paraíso, Vale da Lapa, Caneiros, Ferragudo e Praia da Rocha. Além destas, em cartas da região costeira, ainda se podem mencionar quarenta e duas outras, entre as quais se destacam Vau, João de Arém, Três Irmãos, Alvor, Meia Praia e Dona Ana. Mas o que de facto se pode considerar exacto é que em vez de dizermos que o litoral do Algarve (cerca de 200 quilómetros) possui oitenta e duas praias, deveremos reconhecer nela a existência de uma praia contínua.

Gastronomia

A gastronomia algarvia é variada mas, sobre todas as coisas, o peixe e os frutos da região fazem as honras à mesa.

Entre alguns pratos podemos citar: açorda de marisco e ameijoas na cataplana, regadas com vinho de Moncarapacho; carne de vaca bifada à moda do Algarve que pode ser regada com o esplendoroso vinho de Lagoa; morgados de amêndoa; bolo de mel e aguardente de medronho a acom-

panhar o café.

Aqui fica uma lista de especialidades da culinária regional: gaspacho algarvio; papas de milho à algarvia, com água de peixe, ameijoas ou sardinhas; xerém com torresmos; carapaus alimados; caldeirada; bife de atum; cozido algarvio; caracolada; chourichinhos de Monchique; morcelas algarvias; doces de ovos; morgados de amêndoa e figo; bolachas, debiques e talhadinhas de amêndoa; amêndoas enxovalhadas; bolinhos de Odeleite; Brandinhos de Silves; floradas de Lagoa; priscos

de Bensafrim; tigelinhas de Alvor e nogado do Algarve.

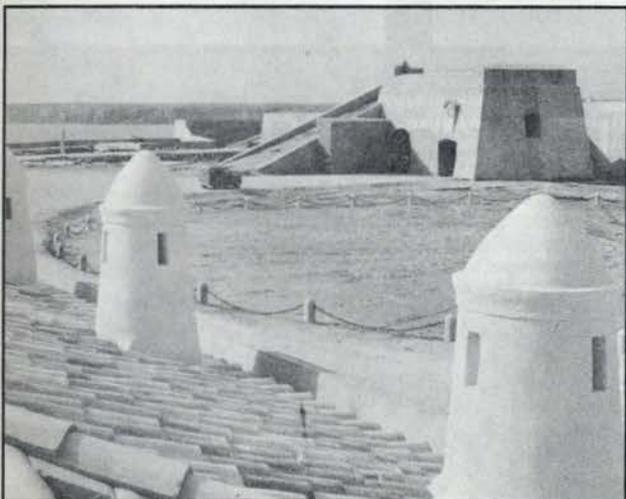
Artesanato

Os artesãos do Algarve produzem, além do "bioco" e do "cloque" (peça de vestuário característica de Olhão e respectivos tamancos), a "galocha", que é outro tipo especial de sapatos. Nas roupas de lã são produzidas, ou foram-no em tempo não muito remoto, as "surianas", "estame-nhas" e "frisas". Depois e por ordem de importância de uso, as rendas e bordados; mantas e tape-

tes de trapos; trabalhos de rafia, chapéus, chinelas, estores, esteiras, tapetes e cordas. Nas obras de esparto: esteiras, cordas, ceirões, capachos, alforjes, alcofas, golpelhas, balaaios. Há um número infindável de peças de cortiça (ou havia em tempos idos) além de vasilhas de cobre e arame, cântaros e bilhas, mós e rebolos ou pedras de amolar, feitas de grés, peças de mobiliário — especialmente o eucalipto, pinho e mais raramente o castanho, espécie arbórea em franca extinção no nosso País — como mesas, cadeiras, caixas, malas e bancos, entre os quais se destacam os de tesoura, assim como

pequenas peças de madeira, como talheres e cajados. Podemos ainda citar as colmeias de madeira ou cortiça; albardas, molins e arreios; redes para pesca; artes de xávega, tipicamente usadas pelos pescadores de Quarteira; objectos feitos de conchas; flores artificiais; cestos e canastras de cana ou vime; trabalhos em pita e palma; chaminés; garrafas e botijas de argila esverdeada da Baleeira.

Evidentemente que muito deste artesanato foi extinto pelo rodar dos tempos, outro é apenas produzido em pequena série. o que não obsta a que aqui se registre.



Museus e Bibliotecas

Possui o Algarve vários museus. Faro conta com cinco, Lagos um, outro em Vila do Bispo e um em Castro Marim. Além destes, há o de Albufeira e o Museu do Monte da Guerreira, em Esteirramanteus, no concelho de Olhão, que consta de quatro salas, cheias de objectos antigos, de diferentes épocas, já cedidos há alguns anos para uma importante exposição em Londres.

Das Bibliotecas Públicas enumeram-se as seguintes: a municipal de Faro, que contém algumas raridades; a de Portimão, criada com parte do espólio de livros de Teixeira Gomes; e a de Tavira. Algumas colectividades de cultura e recreio também possuem notáveis bibliotecas; tal é o caso do Círculo Cultural do Algarve. Merece ainda referência a biblioteca do liceu de Faro, da qual faz parte um legado do professor Teixeira Gomes. Entre as bibliotecas particulares é digna de referência a do dr. Mário Lyster Franco.

A Imprensa Algarvia

Chegámos a um ponto importante da vida desta província: a sua imprensa regional. Sem sombras de exagero podemos dizer que a imprensa regional do Algarve é das mais empreendedoras de todo o País e isto não é bairrismo, contra o qual estamos vacinados, pois não nos compete a nós sermos algarvios ou transmontanos, mas simplesmente portugueses. O facto é que a testemunhar este dinamismo existiram já dois encontros da imprensa regional do Algarve e, neste momento, está a ser organizado um terceiro. A documentação que posuímos não nos permite, contudo, percorrer todos os títulos que se conheceram e ainda existem na imprensa regional da província, mas porque com ela trabalhamos quase diariamente, podemos afirmar que se trata, em alguns casos, da mais bem elaborada e redigida (coisa que não é, infelizmente, vulgar nos tempos que correm) de todo o País. São conhecidos alguns títulos, uns ainda perduram outros desapareceram: em Faro, o "Correio do Sul", "O Algarve", e "Folha do Domingo"; em Portimão o "Comércio de Portimão"; em Vila Real de Santo António, "Jornal do Algarve"; em Lagos, "Jornal de Lagos"; em Tavira, "Povo Algarvio" e "O Tavira"; em Olhão, "O Sporting Olhanense"; em Loulé, "A Voz de Loulé"; Silves possuía, ainda não há muitos anos, a "Voz do Sul".

Festas, Romarias e Procissões

O Algarve, em matéria de folclore é conhecido pelo seu ligeiro folgar, pela sua música veloz e pelos ditos sarcásticos, ou ligeiramente "apimentados" com a fatal nota crítica, do seu "Baile Mandado". São múltiplas as ocasiões em que tal espírito vivo, pleno de alegria de viver, se manifesta.

Ele tem à sua disposição várias festas tradicionais. Na passagem do ano, formam-se grupos que tocam e cantam as Janeiras. No 1º de Maio, durante uma época em que tal dia era tradicionalmente tido como festa do trabalhador a impedir pelo regime salazarista, os algarvios conservaram a tradição, camuflando-a de excursões às hortas, acontecendo que em alguns lugares, os participantes se deslocavam em carros ou burros enfeitados com flores.

Quando se exibem ranchos folclóricos, de adultos ou crianças, com o *mandador* e cantigas ao desafio, nunca faltam o harmónio, a gaita e os ferrinhos, para o corrinho e a Ti'Anica.

Uma Romaria Tradicional

Poderemos afirmar que entre todas, a romaria mais típica e mais concorrida do Algarve é a festa da "Mãe Soberana". A "Mãe Soberana" é Nossa Senhora da Piedade, padroeira da região de Loulé, com uma ermida em sua honra, a 2 quilómetros da vila. No domingo de Páscoa, a imagem é levada à vila, em cuja Igreja de São Sebastião fica exposta durante quinze dias, até que se organiza uma procissão, rumo à ermida, indo Nossa Senhora aos ombros de alguns homens que, acompanhados de filarmónicas, realizam a "corrida do andar" pela encosta do monte, em cujo cimo está um pequeno templo. No fim da corrida, tanto os músicos (que tocam sem cessar) como os homens que conduzem o andar ficam sem fôlego.

Alguns algarvios notáveis

Entre os algarvios que se distinguiram, e são muitos, na História portuguesa, registem-se os escritores Teixeira Gomes, e Júlio Dantas; os poetas João de Deus, Bernardo de Passos, João Lúcio, Cândido Guerreiro e António Aleixo; os pintores Rasquinho, Bernardo Marques, Carlos Porfírio e Samora Barros.



Olhão recebeu, como nenhuma outra localidade portuguesa, uma curiosa herança arquitectónica que manteve quase intacta. Escadas e terraços, torres e mirantes, conhecidos pelo adjectivo açoteias, de origem árabe. No cimo de cada moradia olhanense ergue-se uma chaminé sempre original, embora amiúde os desprevenidos pensem que o seu rendilhado é igual ao de tantas outras. Olhão, a Fuzeta e muitas outras localidades algarvias têm milhares de chaminés desiguais e a sua observação vale o tempo que nela se dispender.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E MARROCOS

Durante a visita oficial que o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Marrocos, Mohamed Boucetta, efectuou ao nosso País, foi assinado um acordo cultural e científico que, segundo o comunicado conjunto luso-marroquino, "permitirá desenvolver a cooperação nos domínios da cultura, das ciências, da educação, das artes, do artesanato, da Imprensa, da Radiodifusão, da Televisão, do cinema e da juventude e desportos". Mohamed Boucetta e o seu homólogo português, Freitas Cruz, assinaram também um acordo de âmbito consular, prevendo a supressão de vistos, o que permitirá aos nacionais de cada um dos países deslocarem-se livremente ao outro país, para estadias não superiores a três meses. Marrocos tornou-se, assim, o segundo Estado árabe — depois da Tunísia — a abolir os vistos consulares para visitantes portugueses.

Na capital portuguesa, o ministro marroquino foi recebido pelo Presidente Ramalho Eanes, pelo Primeiro-Ministro Mota Pinto e pelo Presidente da Assembleia da República, Teófi-

lo Carvalho dos Santos, tendo ainda mantido conversações com o ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz.

Segundo o referido comunicado conjunto, naquelas conversações foi sublinhado que "o quadro jurídico que rege as relações entre os dois países permite o desenvolvimento da cooperação nos domínios da indústria da marinha mercante, dos transportes aéreos, da pesca, do turismo e da formação profissional".

As relações luso-marroquinas foram, aliás, um dos temas abordados pelo embaixador Freitas Cruz no discurso que pronunciou durante o jantar com que obsequiou Mohamed Boucetta, e no qual afirmou, a dado passo: "Os dois povos encontram-se ligados a valores tradicionais e comuns, civilização e cultura, fundados nos mesmos ideais de paz e respeito pela dignidade do homem, respeito que está na base das nossas posições face aos problemas que se suscitam, quer a nível mundial, quer a nível regional, nomeadamente da civilização em África".

Ao referir, mais adiante, "a maneira harmoniosa" como têm decorrido as negociações entre Portugal e Marrocos nos últimos anos, o ministro dos Negócios Estrangeiros salientaria a importância e o alcance dos acordos bilaterais agora assinados, os quais, segundo frisou, "conduzirão ao alargamento da nossa cooperação, que detém potencialidades ainda não suficientemente exploradas". Neste contexto, Freitas Cruz mencionou, a título de exemplo, "a possibilidade de uma participação mais activa da tecnologia portuguesa em importantes empreendimentos marroquinos", em domínios como a construção civil a construção naval e a pesca.

"Um passo em frente"

A terminar esta sua alocução, o ministro português manifestou-se convicto de que a visita de Mohamed Boucetta constituiu "um passo em frente no estreitamento da amizade entre os dois povos e no estabelecimento de novas bases para uma cooperação frutuosa entre Portugal e Marrocos".

Numa conferência de imprensa realizada no Palácio das Necessidades, o ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros e Cooperação anunciou que o seu homólogo português e uma



Mohamed Boucetta ao ser recebido pelo Primeiro-ministro Mota Pinto.

delegação da Assembleia da República visitará Marrocos em data próxima.

Neste encontro com os jornalistas, Mohamed Boucetta considerou que a cooperação luso-marroquina "não satisfaz as ambições", de ambos os países, uma vez que o volume das trocas comerciais é ainda reduzido e são limitados os sectores abrangidos. Referiu, a propósito, que só o fosfato representa cerca de 90 por cento das exportações marroquinas para Portugal, e que o nosso País exporta para Marrocos pouco mais do que madeiras e algumas máquinas.

Depois de reafirmar o interesse de sectores como a pesca, a construção naval e o turismo, no domínio da cooperação comercial, o ministro Mohamed Boucetta apontou como exemplos positivos, neste aspecto, a participação portuguesa na construção de uma fábrica de cimento em Oudja e de um complexo de refinarias noutra localidade marroquina. ■



Os ministros Mohamed Boucetta e Freitas Cruz, durante a assinatura do acordo de cooperação luso-marroquino, em Lisboa.



UNICEF PROMOVE COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

“O Ano Internacional da Criança, a comemorar em 1979, é uma oportunidade única para chamar a atenção de governantes e outras forças vivas para os problemas das crianças portuguesas”, declarou o dr. Reinhard Freiberg, responsável pelas Relações Exteriores da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que se deslocou recentemente a Portugal em visita de trabalho.

Conhecer o trabalho desenvolvido pela Associação dos Amigos da UNICEF, elaborar o plano de actividades em Portugal para os próximos anos e preparar as comemorações do Ano Internacional da Criança foram os principais objectivos desta visita de Reinhard Freiberg.

A Associação dos Amigos da UNICEF, constituída por um grupo de voluntários, tem conseguido — apesar das grandes dificuldades materiais com que se debate — desenvolver no nosso País um trabalho meritório de divulga-

ção das grandes linhas de conduta que, a nível mundial, são tomadas em relação à infância. Esse trabalho foi elogiado pelo dr. Freiberg que, aliás, o considerou “muito bem encaminhado”, salientando, no entanto, que “a Associação precisa de ser apoiada”.

Refira-se que 25 por cento do apoio de que a UNICEF dispõe é proveniente de organizações não oficiais (grupos de amigos e dádivas individuais) dependendo, na percentagem restante, das contribuições dos países membros.

Aquele organismo internacional atribui grande importância ao trabalho de voluntários, porque é “normalmente muito activo e interventivo”.

Reinhard Freiberg pensa que Portugal reúne neste momento condições importantes para uma completa tomada de consciência dos problemas de infância. Assim, crê que chegou a altura de pressionar as entidades responsáveis para que estas “promovam medidas concretas de protecção à criança”.

Convirá recordar que se completa este ano o 20.º aniversário sobre a data em que todos os países do Mundo assinaram nas Nações Unidas a Declaração dos Direitos da Criança. “Agora é o momento das pessoas reflectirem sobre o cumprimento desses Direitos”, afirmou, a pro-



Reinhard Freiberg.

pósito, o dr. Freiberg, acrescentando: “É necessária muito reflexão e inventariar tudo quanto se faz e o que se vai fazer. Em Portugal, e nós sabemos porquê, falta muita coisa, mas penso que agora é um momento bom para trabalhar”.

Na opinião do responsável pelas Relações Exteriores da UNICEF, há necessidade de se congregarem esforços, tentando uma coordenação entre as diversas pessoas e entidades que, de uma forma ou outra, estão ligadas à vida e aos problemas da criança.

“A UNICEF não é um organismo estrangeiro que quer intervir em Portugal. A UNICEF somos todos nós que nos preocupamos com os problemas da infância e que temos de trocar ideias para fazer campanhas concretas de apoio aos diversos problemas que há a resolver”, acentuou Reinhard Freiberg.

De acordo com estatísticas, o Mundo gasta mais em armamentos, em 24 horas, do que todos os donativos anuais que são concedidos à UNICEF para apoio à infância. “Parece-nos — disse ainda o dr. Freiberg — que as prioridades do Mundo estão mal orientadas”.

A finalizar, Reinhard Freiberg manifestou todo o seu interesse pelo trabalho que a Associação dos Amigos da UNICEF tem vindo a desenvolver no nosso País e fez um apelo que a mesma seja ajudada nas suas realizações por todos quantos se preocupam com os problemas da criança.

Programas de TV para jovens

Decorreu no Alvor (Algarve), durante uma semana, a 22.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Programas Juvenis e Infantis da Comissão de Programas de Televisão da União Europeia de Radiodifusão (UER). Nesta reunião participaram cerca de 50 delegados de estações de televisão da RFA, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Inglaterra, Suécia, Suíça, Turquia, Jugoslávia, Canadá e Estados Unidos.

A delegação portuguesa foi chefiada por Maria Alberta Meneres, responsável pelo sector infantil e juvenil da programação da RTP. O encontro foi presidido pelo director da TV belga, tendo como vice-presidente o delegado da BBC e como secretário o chefe dos Serviços Permanentes da UER.

A ordem de trabalhos desta reunião incluiu, entre outros temas de especial interesse, a análise e discussão de programas para intercâmbio, referentes a actualidades para crianças, documentários e magazines para jovens e filmes de animação. Mereceram particular aten-



A simpática Ana Rita, intérprete da canção «A Loja do Mestre André» no «Sequim de Ouro».

Criança portuguesa no Festival da UNICEF

Ana Rita Marques Guimarães, de 5 anos de idade, foi a primeira criança portuguesa a participar no "Sequim de Ouro", festival da canção para crianças que todos os anos é patrocinado pela UNICEF e se realizou no Teatro Antoniano, de Bolonha (Itália), tendo sido transmitido directamente pela Eurovisão.

Ana Rita cantou "A Loja do Mestre André" e a sua interpretação foi premiada pelo júri com 294 votos, o equivalente ao quarto lugar. O primeiro prémio deste festival da UNICEF foi atribuído à representação húngara.

À semelhança das suas anteriores edições — nesta última a maior novidade foi, talvez, a

presença de uma participante portuguesa —, o último "Sequim de Ouro" traduziu-se numa transbordante manifestação de ternura, reunindo crianças de diversos países e possibilitando a aquisição de fundos para a UNICEF. Tal como cada um dos pequenos cantores referiria, no final do espectáculo, é indispensável apoiar aquele organismo das Nações Unidas que visa levar auxílio às crianças que dele necessitam, em todo o mundo.

Para além deste objectivo, o "Sequim de Ouro" destina-se também a incentivar os autores de canções infantis, cujo prémio foi desta vez atribuído ao autor da canção mexicana.

O festival da UNICEF teve, nesta sua edição, a participação de doze crianças, em representação de seis países e seis regiões de Itália.



Maria Alberta Meneres, directora de programação do sector infantil e juvenil da RTP.

ção os documentários sobre temas relacionados com a natureza, sobretudo os que descrevem a vida dos animais e que estimulam a luta pela conservação do ambiente.

O representante da televisão britânica independente, apresentou aos delegados o programa "O Mar Deve Ser Salvo", co-produção de todos os países membros da UER, que será transmitida este ano pelas respectivas estações de TV.

Nesta reunião foram também discutidos os preparativos do Ano Internacional da Criança que este ano se celebra em todo o Mundo. ■

COLABORAÇÃO LUSO-ROMENA NO DOMÍNIO DA SAÚDE



O ministro dos Assuntos Sociais, Pereira Magro, e o embaixador romeno em Lisboa, Marian Iliescu, assinaram um protocolo de colaboração entre Portugal e a Romênia no domínio da Saúde. Este acordo prevê o intercâmbio de especialistas e técnicos, e a troca de informação e documentação entre organismos especializados dos dois países.

O protocolo em questão foi negociado durante o ano transacto e inscreve-se no acordo geral de cooperação técnica e científica assinado pelos dois países em 1975. Entre os objectivos enunciados no documento agora assinado, salientam-se a investigação nos sectores das ciências médica e farmacêutica e o aperfeiçoamento dos técnicos de Saúde, através das trocas de experiências.

Na breve alocução que proferiu durante a cerimónia, o ministro dos Assuntos Sociais afirmou que o novo protocolo permitirá um enriquecimento recíproco e um melhor conhecimento dos dois povos, e lembrou que a Romênia dispõe de uma boa organização dos serviços da Saúde, condição indispensável para o desenvolvimento e progresso sociais.

Pereira Magro referiu-se também ao "significativo desenvolvimento das relações luso-romenas" verificado nestes últimos quatro anos, o qual se deve — salientou — não só ao empenhamento dos respectivos go-

vernos nesse sentido, mas também à facilidade de comunicação e entendimento que encontra as suas raízes na origem latina que é comum aos dois povos.

Este tema seria retomado pelo embaixador romeno, cuja "obra de aproximação" entre os dois países foi, aliás enaltecida pelo ministro português. Marian Iliescu recordou que os contactos bilaterais se desenvolveram de forma dinâmica e se baseiam nos princípios do Direito Internacional e da cooperação entre os povos, no respeito recíproco pela soberania e pela não-ingerência nos assuntos internos.

COOPERAÇÃO INDUSTRIAL ENTRE PORTUGAL E A FRANÇA

No âmbito do denominado "projecto Renault", foi recentemente constituída a Sociedade Lusó-Francesa de Fomento Industrial e Comercial — Renault/FIC. O principal objectivo desta nova empresa é a promoção do fabrico, no nosso País, de produtos e peças para a indústria automóvel, no quadro das directrizes estabelecidas neste sector pelo Governo português, sem perder de vista a futura integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

A selecção de fornecedores, controlo e assistência aos fabricantes, e homologação dos produtos adquiridos, serão algumas das tarefas concretas a cumprir pela nova empresa, cuja constituição foi formalizada pelo eng. Gomes Cardoso, presidente do Instituto das Participações do Estado, e por René Antonini, representando a "Régie Renault". O lançamento desta sociedade é considerado um passo extremamente importante na realização do projecto Renault, que se encontra na fase final de negociações.

Recorda-se que o referido projecto tem como finalidade proporcionar à indústria automóvel portuguesa melhores bases técnicas e económicas, embora o mercado do nosso País continue a

conservar o seu carácter de mercado aberto a todas as marcas de automóveis, conforme foi sublinhado num comunicado oficial divulgado há um ano. Segundo o acordo que o Governo português estabeleceu com a "Régie Renault", esta sociedade francesa montará, em Portugal, além de uma fundição, fábricas que irão produzir 60 mil carros e 300 mil motores por ano, caixas de velocidades, trações e outros componentes para automóveis.

TRIGO CANADIANO OFERECIDO A PORTUGAL

Foi já desembarcado em Lisboa um carregamento de 25 mil toneladas de trigo canadiano, correspondente a parte de um donativo do Canadá a Portugal, no valor global de 15 milhões de dólares (cerca de 600 mil contos) daquele cereal.

Ao abrigo desta oferta foram anteriormente enviadas para Portugal mais de 56 mil toneladas de trigo, e um outro carregamento do mesmo volume será entregue em breve, de acordo com um programa de auxílio financiado pela Agência Canadada para o Desenvolvimento Internacional e que se insere num projecto internacional de apoio económico a Portugal, com vista a permitir o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Desde que foi instituído o regime democrático em Portugal, o Canadá adoptou uma série de medidas tendentes a expandir as relações de cooperação entre os dois países. Dentre essas medidas, poderão citar-se — além da referida oferta de trigo — a concessão de vantagens aduaneiras para permitir a colocação, a preços competitivos, de certos produtos portugueses no mercado canadiano, segundo os termos do Sistema Generalizado de Preferências do Canadá; um donativo de meio milhão de dólares, através da Cruz Vermelha Internacional, para os refugiados das antigas colónias portuguesas; e, ainda, o desenvolvimento de um programa de cooperação no sector das pescas.



«MERCÚRIO DE OURO» PARA TRÊS EMPRESAS DE PORTUGAL

Três empresas nacionais receberam o "Mercúrio de Ouro", prémio internacional instituído há dezoito anos e destinado a galardoar as empresas que em cada país se distinguem pelo seu esforço no campo da exportação e pelo seu contributo para o desenvolvimento da "paz e cooperação no mundo".

Os Móveis Baía receberam aquele prémio devido ao facto de terem apresentado a maior e melhor amostra de mobiliário durante um certame internacional realizado nos Estados Unidos. Foi a primeira vez que uma firma portuguesa do sector de mobiliário foi distinguida com tal galardão.

As outras duas empresas que conquistaram igualmente aquele troféu foram a Setenave e a Mague, devido à sua manifesta contribuição no sentido do estreitamento da cooperação industrial à escala mundial.

Os prémios "Mercúrio de Ouro" foram entregues na Cidade do México, em cerimónia a que assistiram o presidente Lopez Portillo e o ministro mexicano do Turismo, e na qual participaram representantes de 64 países.

ronel António Alves dos Santos, representante da Associação Portuguesa de Criatividade, e o "Prémio Director Comercial", para Alfredo Gonçalves.

Como vem sendo habitual, os inventores portugueses apresentaram nos últimos anos trabalhos que têm merecido a conquista de algumas medalhas e as atenções de vários países — disse à ANOP o eng.º Duarte Fonseca, da direcção da Associação Portuguesa de Criatividade.

A mesma personalidade referiu ainda que neste Salão de Bruxelas eseteriveram presentes inventores de quase todos os países do Mercado Comum, alguns do Leste Europeu e, pela primeira vez, da República Popular da China, num total de

mais de mil participantes de 30 países.

O eng. Duarte Fonseca salientou, por outro lado, o facto de, nos dois certames ultimamente realizados — o de Genebra e o de Bruxelas —, os inventores portugueses terem conquistado uma medalha de ouro, duas de prata dourada, sete de prata e duas de bronze.

A Associação Portuguesa de Criatividade foi entretanto convidada para participar no Encontro Nacional para o Desenvolvimento da Indústria Eléctrica e Electrónica, a decorrer na Feira Internacional de Lisboa (FIL), realizando um salão da sua especialidade, com inventos situados no campo da electricidade e da electrónica.

CÉSAR TORRES CONDECORADO PELO GOVERNO DE MÓNACO

César Torres, director do Automóvel Clube de Portugal e principal responsável pela organização do Rali de Portugal, foi distinguido pelo Governo do Principado de Mónaco com a atribuição da medalha Vermeil para a Educação Física e Desportos.

Trata-se da mais alta recompensa desportiva monegasca e destina-se a recompensar o trabalho desenvolvido pelo homenageado em favor do automobilismo desportivo.

INVENTORES PORTUGUESES PREMIADOS NO SALÃO DE BRUXELAS

Uma medalha de prata dourada, quatro de prata e uma de bronze, para além, de prémios especiais — "Medalha da Cidade de Bruxelas" e "Prémio Director Comercial" —, foram atribuídas aos sete inventores portugueses que participaram no "XXVII Salão Mundial de Inventores", recentemente realizado em Bruxelas.

Os inventores e os inventos portugueses galardoados neste Salão foram: medalha de prata dourada para o coronel António Alves dos Santos e filha, inventores de uma caneta de inércia; medalhas de prata para João Silva (caixa para transporte de embalagem de 20 garrafas com 12 miniaturas acopladas), Emídio Fortuna (alambique de dupla finalidade), Luis Bastos (mola para vários fins) e Alfredo Gonçalves (gasificador de gásóleo); a medalha de bronze foi atribuída a João Ratola, que apresentou um aparelho para suspensão de viaturas.

O júri atribuiu também dois prémios especiais: a "Medalha da Cidade de Bruxelas", para o co-



Marku Allen, vencedor da edição de 1978 do Rali de Portugal.

Rali de Portugal: «O melhor do mundo» pela quarta vez — O Rali de Portugal — Vinho do Porto, disputado em Abril do ano passado ganhou o título de melhor organização mundial, atribuído pela Associação Mundial de Construtores de Automóveis.

É a quarta vez consecutiva que esta prova portuguesa é distinguida com a pontuação máxima, embora apenas nos últimos três anos a distinção tenha sido oficializada.

Em confronto com o Rali de Portugal estiveram, para a atribuição daquele título mundial, os ralis de Monte Carlo, Suécia, Safari (Quênia), Acrópole (Grécia), Mil-Lagos (Finlândia), Canadá, Itália, França e Grã-Bretanha.

A distinção foi anunciada, em Paris, no decorrer da reunião da Associação Mundial de Construtores, na qual foram apreciados os relatórios dos seus inspectores que estiveram presentes às diversas competições acima citadas e que integraram o Campeonato do mundo de Ralis de 1978.



ESTÁTUA DE SIMON BOLIVAR EM LISBOA

Em cerimónia a que assistiu o Presidente da República, general Ramalho Eanes, foi inaugurada na avenida da Liberdade, de forma solene, a estátua de Simon Bolívar que foi oferecida à cidade de Lisboa pela comunidade portuguesa residente na Venezuela. Da autoria do escultor venezuelano Artur Rus-Aguilera, a estátua do «Liberador», com 3,50 metros de altura, assenta em pedestal executado pela CML sob projecto do arquitecto Eduardo Martins Bairrada.

Além do Presidente Eanes, estiveram presen-

tes ao acto diversas personalidades da vida política nacional, entre as quais citamos o Primeiro-ministro, o vice-presidente da Assembleia da República, os ministros da Educação e Investigação Científica e da Administração Interna, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, membros do Conselho da Revolução e o presidente e vereadores da Câmara Municipal de Lisboa. A delegação venezuelana que também participou na cerimónia era chefiada por Edgar Sanábria, antigo chefe de Estado da Venezuela, e integrava re-

presentantes da comunidade portuguesa residente naquele país. Presentes também, muitos membros da colónia venezuelana radicada em Lisboa, com o respectivo embaixador, assim como representantes diplomáticos de vários países sul-americanos.

O monumento, que foi descerrado por uma criança, filha de um emigrante português na Venezuela, custou 400 mil bolívares, angariados por subscrição pública junto dos nossos compatriotas ali residentes. O escultor representou o «Liberador» numa atitude de dimensão humanística, de expressão serena, própria de um homem realizado, e oferecendo com uma mão o pergaminho que simboliza a profundidade épica do seu pensamento e da sua obra, enquanto a outra mão descansa sobre a espada embainhada. As quatro faces do pedestal contém citações de Simon Bolívar e uma referência à homenagem da comunidade portuguesa.

Na alocução que pronunciou durante a cerimónia, o presidente do Município lisboeta, Aquilino Ribeiro Machado diria, a dado passo, que Bolívar «é daqueles vultos históricos que pertencem ao património da humanidade», e justificaria, a seguir, a colocação do monumento naquele local, dado que, segundo acentuou, «pelo carácter simbólico de que o mesmo se revestia, escolheu-se a Avenida da Liberdade».

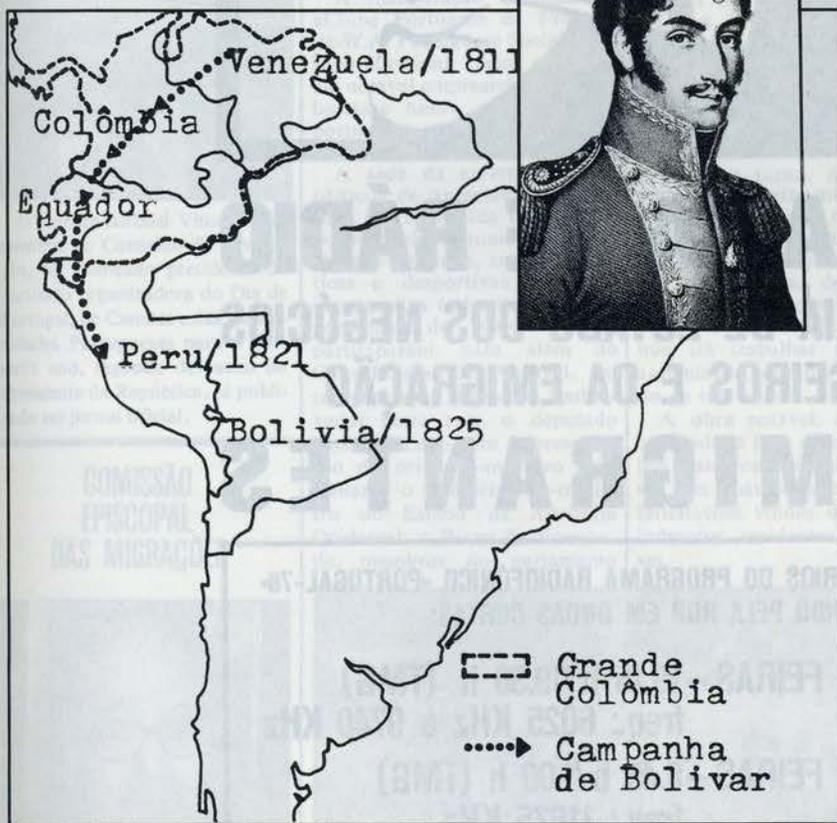
Falou a seguir o presidente da comissão promotora da construção do monumento, o empresário Álvaro Clemente que, depois de recordar que «a participação dos Portugueses na história da Venezuela vem de muito longe», sublinharia o facto de a data da inauguração daquela estátua representar uma efeméride «que passará à história dos dois países, agora mais do que nunca unidos por indissolúveis laços de amizade e fraternidade».

O terceiro orador foi o antigo presidente da República da Venezuela, Edgar Sanábria, que se referiria a uma série de importantes figuras da história de Portugal — desde o Infante D. Henrique aos mais destacados escritores do século passado —, para, depois, elogiar as relações bilaterais actualmente existentes, lembrando, a propósito, que ainda recentemente «a Venezuela pôde aproveitar a tecnologia portuguesa», nomeadamente no sector portuário.

Por fim, discursou o ministro da Educação e Investigação Científica, Valente de Oliveira, para «manifestar o reconhecimento que Portugal «expressa o seu agradecimento pelo acolhimento sincero dado pela Venezuela aos seus filhos». Ao referir-se à estátua de Bolívar, oferecida à capital portuguesa, o ministro considerá-la «o símbolo mais autêntico e precioso da terra onde vivem os nossos compatriotas», frisando que a mesma «é penhor do esforço comum dos dois povos, na paz e amizade».

A inauguração desta estátua do "Libertador" concretiza uma velha aspiração dos portugueses residentes na Venezuela. Tal como afirmou o presidente da comissão promotora do monumento, Álvaro Clemente, "foi a vontade de toda a comunidade que inspirou definitivamente a realização desta homenagem eterna a um povo, o povo venezuelano, que generosamente e de forma tão espontânea tem aberto os braços e os corações a tantas centenas de milhares de portugueses que ali têm ido contribuir, com o seu esforço, para o desenvolvimento e grandeza desse país".

Esta homenagem a Simon Bolivar — o homem que proporcionou a liberdade a cinco repúblicas sul-americanas, tornando-se figura carismática e patrono de todas elas — representa, pois, simultaneamente, um testemunho de amizade à Venezuela e ao seu povo por parte de uma das mais numerosas e dinâmicas comunidades portuguesas que existem espalhadas pelas cinco partes do mundo.



Simon Bolívar (1782-1830) foi, com San Martín, o obreiro da libertação dos povos sul-americanos que, na primeira metade do século XIX, se encontravam sob o domínio do império colonial espanhol.

Depois de derrotada a primeira tentativa de independência da Venezuela, em 1812, Bolívar é nomeado ditador, no ano seguinte, para prosseguir a luta contra as tropas espanholas.

Refugiando-se no Haiti, organiza aí um exército de cavaleiros e legionários ingleses e alemães, conseguindo, entre 1817 e 1820, libertar a Venezuela e a Colômbia. Em 1819, no Congresso de Angostura, é proclamada a formação da «Grande Colômbia» e Bolívar nomeado seu presidente. Com o seu amigo Sucre liberta o Equador, após uma difícil travessia dos Andes. Em 1821, as tropas de Bolívar encontram-se, no Peru — então também libertado —, com as de San Martín. Entretanto, a região sul do Peru toma como presidente Sucre e torna-se, em 1825, a República da Bolívia. Em 1830 é a vez da «Grande Colômbia» se desmembrar, originando o nascimento das Repúblicas do Equador e da Venezuela e dos Estados Unidos da Nova Granada (que, em 1861, passariam a denominar-se Colômbia).

REGULAMENTO DO CONCURSO PARA O CARTAZ DO DIA DE PORTUGAL DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



— A Comissão Organizadora do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas promove, com a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria de Estado da Cultura, um concurso para a escolha de um cartaz destinado a assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 1979.

— Serão admitidos a este concurso originais de concorrentes portugueses, residentes em Portugal ou em qualquer das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Os projectos deverão respeitar as dimensões normalizadas de 50 x 70 cm.

— O cartaz deverá ter como temas principais:

1. A unidade dos portugueses no mundo;
2. A projecção universal da cultura portuguesa;
3. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

— São de referência obrigatória no cartaz as seguintes legendas:

10 de Junho de 1979
Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

— Os projectos devem ser entregues nas seguintes condições:

Para os concorrentes residentes em Portugal Continental, Açores e Madeira, por mão própria ou correio registado para a Secretaria de Estado da Cultura, Av. da República, n.º 16, 5.º D, Lisboa 1.

— Só serão considerados para efeito de concurso, os projectos que derem entrada, em mão própria ou com o carimbo de expedição do correio, até 15 de Março de 1979.

— São instituídos os seguintes prémios:

1.º Prémio	50 contos
2.º Prémio	25 contos
3.º a 6.º Prémio	10 contos cada

Os prémios atribuídos pelo júri serão entregues aos concorrentes, em cerimónia pública no dia 10 de Julho de 1979, no local das celebrações do Dia de Portugal, mais próximo da residência do concorrente, pelo Presidente da Comissão Nacional, em Portugal, ou pelo Presidente da Sub-Comissão da Comunidade Portuguesa.

— O regulamento poderá ser solicitado a: Relações Públicas — Secretaria de Estado da Comunicação Social — Praça dos Restauradores — Lisboa.



PROGRAMA DE RÁDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO
PARA EMIGRANTES

**FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÓNICO «PORTUGAL-78»
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:**

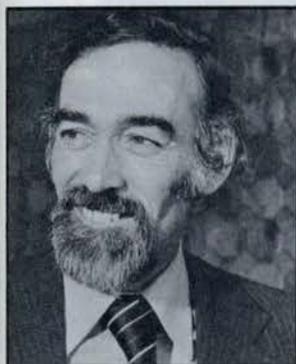
EUROPA - 4.^{AS} FEIRAS - 19.15 h / 19.30 h (TMG)
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz

VENEZUELA - 5.^{AS} FEIRAS - 0.45 h / 1.00 h (TMG)
freq.: 11875 KHz

E. U. A. - 4.^{AS} FEIRAS - 4.15 h / 5.00 h (TMG)
freq.: 5025 KHz

**A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.**

O DIA DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



O tenente-coronel Vitor Alves, membro do Conselho da Revolução, foi nomeado presidente da comissão organizadora do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas para o corrente ano, segundo despacho do Presidente da República, já publicado no jornal oficial.

COMISSÃO EPISCOPAL DAS MIGRAÇÕES



D. António dos Reis Rodrigues.

Na sua reunião habitual, realizada em Fátima, a Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa confirmou, para o triênio de 1978-1981, os vogais das diferentes Comissões Episcopais propostos pelos respectivos presidentes. A Comissão Episco-

pal das Migrações e Turismo ficou assim constituída: D. António dos Reis Rodrigues, Bispo Auxiliar de Lisboa (Presidente); D. Aurélio Granada Escudeiro,

Bispo Coadjutor de Angra do Heroísmo (1.º vogal); D. Francisco Antunes Santana, Bispo do Funchal (2.º vogal); P.º Dr. Martinho Pereira dos Santos (secretário).

AUSTRÁLIA

INAUGURADA A SEDE DO «W. A. PORTUGUESE CLUB» DE FREMANTLE

A inauguração da sede do «Clube Português de Fremantle-W.A. Portuguese Social Club Incorporation» veio culminar um notável empreendimento que bastante honra a comunidade portuguesa residente naquela cidade da Austrália Ocidental.

A sede da agremiação, um edifício de apreciáveis instalações, foi concebida de modo a poder acolher numerosas actividades culturais, sociais, artísticas e desportivas. No acto inaugural, a testemunhar a importância do acontecimento, participaram, para além do Cônsul-Geral de Portugal, em representação do nosso Embaixador neste país, o deputado Ross McLean, em representação do primeiro-ministro australiano, o vice-primeiro-ministro do Estado da Austrália Ocidental, o Bispo de Fremantle, membros do parlamento

federal e o vice-presidente da Câmara Municipal da cidade. O presidente da agremiação, Francisco Correia, no uso da palavra, historiou resumidamente o nascimento da iniciativa, que partiu de um pequeno grupo de madeirenses, em 1952.

Por seu turno, o representante do primeiro-ministro australiano, ao usar da palavra durante a cerimónia, anunciou a atribuição de um subsídio de 45 mil dólares, destinado a custear os encargos com a manutenção de um técnico social que irá trabalhar nesta nova agremiação, durante um período de três anos.

A obra notável, agora concretizada, é bem digna do orgulho desta comunidade, pelo que se têm manifestado calorosas felicitações vindas da parte de inúmeros residentes portugueses.



Um aspecto da festa de inauguração da sede do «Clube Português de Fremantle».

BRASIL

50 ANOS DE EXISTENCIA DA «CASA DE PORTUGAL»



Personalidades de todos os círculos sociais, presidentes e directores de diversas associações brasileiras e portuguesas, manifestaram a sua solidariedade e regozijo pela passagem do 50.º aniversário da «Casa de Portugal», agremiação que inscreve no seu programa (desde 13 de Junho de 1928, data em que foram aprovados os seus estatutos, passando a funcionar efectivamente em Agosto desse mesmo ano) objectivos de ordem cívica, social, filantrópica e de assistência.

A sua expansão, contudo, permitiu ir além destes objectivos, alcançando o plano cultural, com criação de uma biblioteca e de uma escola. No ano de 1930 a «Casa de Portugal» agrupava 4000 associados, e poucos anos depois, em 1936, adquiriu edifício próprio onde instalou a sua sede, na Rua do Bispo, n.º 72, no Rio de Janeiro. Para além de um lar para a terceira idade, esta agremiação, de objectivos humanitários, dedica-se a diversas obras de assistência, cujos méritos são considerados relevantes, não só entre a comunidade portuguesa ali residente, como também entre cidadãos brasileiros.

BRASIL

MISS
RÁDIO COMUNIDADE
PORTUGUESA-
BRASILEIRA

Por ocasião do 2º aniversário do programa de rádio português existente neste país, Linda Moussa, de 19 anos de idade, natural da cidade de Curitiba, estado do Paraná, no Brasil, passou a ostentar o cobiçado título de "Miss" Rádio Comunidade Portuguesa-Brasileira 1978. Linda, que confessou ter ficado surpreendida pela sua eleição, disse na ocasião sentir-se bastante orgulhosa em ter participado numa tal competição, promovida pelo referido programa de rádio.

CANADÁ

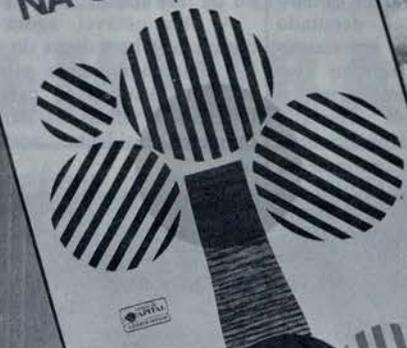
SEMANA DE
CULTURA PORTUGUESA
EM TORONTO

Teve lugar na Universidade de Toronto uma semana cultural portuguesa, dedicada ao centenário da morte de Alexandre Herculano, e organizada pela nossa comunidade ali residente.

Esta iniciativa, que coincidiu com a inauguração, naquela Universidade, de um departamento de estudo de espanhol e português, incluiu, além de uma exposição iconográfica e bibliográfica sobre Herculano, várias palestras relacionadas com a cultura portuguesa e que foram proferidas, nomeadamente, pela jornalista Manuela de Azevedo, Maria Linhares de Sousa, Costa Fontes e vários professores da Universidade de Toronto.



O jornalista Helder Pinho

PORTUGUESES
NA CALIFÓRNIA
Helder Pinho

«Portugueses na Califórnia» — Reunindo uma série de reportagens que o jornalista Helder Pinho havia publicado no vespertino «A Capital», foi agora editado o livro «Portugueses na Califórnia», que inclui um polémico prefácio do saudoso prof. Jorge de Sena e um posfácio do prof. Eduardo Mayone Dias, da Universidade de Los Angeles (Califórnia).

Nesta obra sobre «a história e o quotidiano de uma das mais vivas comunidades lusas do Mundo», e que, segundo o autor, mais não pretende ser do que «a imagem honesta e imparcial do quotidiano dos nossos compatriotas radicados na América», Helder Pinho analisa o passado, o presente e as perspectivas futuras dos 50 mil portugueses e meio milhão de luso-americanos que habitam hoje na Califórnia, na sequência de um surto emigratório que vem já de há cinco gerações sucessivas, desde meados do século XIX.

«Portugueses na Califórnia» representa parte do volumoso trabalho realizado por Helder Pinho durante uma estada de trinta dias na costa americana do Pacífico, e que integrou a gravação de inúmeras entrevistas e a recolha de documentação em vários jornais, universidades, centros culturais, arquivos e bibliotecas luso-americanas, tendo como objectivo a recolha de informação sobre aspectos históricos, económicos, sociais e culturais daquela nossa comunidade.

Para além de representar um notável trabalho jornalístico, pelo rigor e objectividade com que foi elaborado, este livro de Helder Pinho — publicado pela «Editorial Notícias», inaugurando uma nova colecção denominada «Textos de A Capital» — constitui uma obra importante e um documento precioso no domínio da literatura dedicada à vida e actividade das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

EUA

CAMPANHA PARA A CRIAÇÃO DO «BANCO DOS PORTUGUESES»



Edmundo Dinis (foto do «Portuguese Times»).

Edmundo Dinis, advogado e proprietário da estação de rádio WJFD-FM, lançou uma campanha, no seio da comunidade portuguesa de New Bedford, para transformar o "New Bedford-Acushnet Co-operative Bank" no "banco dos portugueses".

Esta campanha, lançada aos microfones da referida estação durante um programa intitulado "Linha Aberta", teve como princípio incitar, os residentes de nacionalidade portuguesa ou luso-americanos a retirar as suas economias depositadas noutras instituições de crédito, depositando-as naquele banco.

Edmundo Dinis afirmou que uma vez que tal banco funciona em regime cooperativo, os depositantes viriam a ser seus accionistas, competindo-lhes depois a eleição do futuro Conselho de Administração. Segundo o semanário "Portuguese Times", muitos residentes vêem neste movimento o princípio de uma maior unificação da comunidade portuguesa daquela área, que, até há pouco, apesar de maioritária, não tem conseguido marcar posição de relevo na vida política, económica e

social da cidade, atribuindo-se o facto à carência de coesão dos diferentes grupos que a constituem. Entre diversas e elucidativas afirmações proferidas aos microfones da referida estação de rádio, quer por Edmundo Dinis, quer por Álvaro António (director da mesma), reproduzimos as que maior impacto conseguiram, não só pelo seu cunho de apelo, mas sobretudo por resumirem uma dura verdade que a própria comunidade tem vindo a constatar: "Já é tempo de os portugueses se unirem"; (...) nós somos a maioria e unidos podemos controlar a vida de New Bedford". Edmundo Dinis argumentou ainda que "como vivemos numa sociedade capitalista, a força política advém do controlo do capital. Se a comunidade portuguesa conseguir controlar um banco, e isso é possível se depositar as suas economias no "New Bedford-Acushnet Co-operative Bank", ganhará uma força política nunca antes conhecida".

Uma vaga ideia

O jornal "Portuguese Times" contactou elementos ligados às instituições bancárias desta área, de modo a obter alguns dados sobre levantamentos de depósitos efectuados por membros da comunidade portuguesa, e o resultado foi que o presidente do "N.B. Five Cents Savings Bank" confirmou tal facto, acrescentando, porém, que nada sabia sobre se tais levantamentos teriam a ver ou não com futuras intenções dos ex-depositários em ordem à campanha lançada por Edmundo Dinis. Por seu lado, um gerente da filial do "First National Bank" acrescentaria que nesta instituição também se haviam registado alguns levantamentos, embora em número reduzido. O presidente do "Bay Bank Merchants" para além de defender, obviamente, o banco que dirige, nada acrescentaria sobre eventuais levantamentos nele efectuados por depositantes portugueses. O "New Bedford Institution For Savings" pretendendo que a campanha da estação de rádio e de Edmundo Dinis é

"irresponsável", numa linha de pensamento característica de quem teme potenciais concorrentes que lhe podem levar bons e correctos depositantes (fama que cobraram os portugueses desta área), não deixou de acrescentar, contudo, que cerca de 10 a 20 pessoas teriam levantado o seu dinheiro neste banco. Finalmente, o presidente do "New Bedford Acushnet Co-operative Bank", entidade financeira visada pela campanha em curso, entrevistado também pelo semanário "Portuguese Times" recusou-se, embora delicadamente, a dar quaisquer informações de pormenor sobre o assunto, não revelando, não obstante, qualquer atitude de hostilidade ou reprovação para a campanha da qual disse "ter uma vaga ideia", acrescentando, por outro lado, ser amigo do promotor da iniciativa, Edmundo Dinis.

De uma ou outra forma, com ou sem oposição e contra-campanha dos directores de outros bancos, a iniciativa sobre o "banco dos portugueses" parece ter ganho certo eco no seio da comunidade e promete vir a dar que falar em tempos muito próximos.

«Vamos chegar lá...»

Para terminar, acrescente-se que cerca de 400 portugueses e luso-americanos realizaram uma concentração junto às instalações do "New Bedford Acushnet Co-operative Bank", na sequência da campanha realizada pela estação portuguesa de rádio "WJFD-FM". Segundo o jornal norte-americano "Standard-Times", que na ocasião recolheu declarações de Edmundo Dinis, este teria afirmado que cerca de 400 pessoas já haviam depositado três milhões de dólares naquela instituição bancária de regime cooperativo. Curiosamente, o correspondente do "Portuguese Times" enviado ao local da concentração, registou esta sintomática declaração de um português natural de S. Miguel (Açores), de nome José Miguel, e residente em New Bedford: "Isso seria a nossa maior vitória. Neste país o dinheiro é que manda, não é verdade?

Então..., se controlarmos um Banco quer dizer que temos a força do nosso dinheiro para nos ajudar a conseguir outras coisas boas para toda a nossa comunidade." Por sua vez, outro entrevistado pelo correspondente do citado jornal, Manuel Costa, natural da ilha do Pico e residente no sul de New Bedford, acrescentaria de modo mais realista: "Na minha fraca opinião, se conseguirmos controlar um Banco vamos, também, conseguir controlar a cidade. Por isso é que os que mandam, actualmente, estão a tremer e não acham bem a nossa ideia. Mas quer eles queiram, quer não, vamos chegar lá..."

LIVRO SOBRE BALEIROS AÇOREANOS



Foi recentemente lançado no mercado livreiro de New Bedford, uma obra dedicada à vida aventureira dos baleeiros açorianos, da autoria de Pat Amaral, e editada pela casa "Valkyrie Press".

A obra, cujo título em inglês é "They Ploughed the Seas", reúne uma série de estudos sobre os homens e, nalguns casos, mulheres, que cruzaram o oceano durante o século XIX e princípios do XX, na busca constante da baleia, esse mamífero aquático hoje quase extinto.

A pesca daquele cetáceo, que o escritor norte-americano Herman Melville celebrizou com o roman-

(Continua na pág. seguinte)

EUA

(Continuação da pág. anterior)

ce "Moby Dick" (hoje um clássico), teve a sua réplica na vida de muitos desses açorianos do século XIX, que se distinguiram sobretudo na zona marítima de Nova Inglaterra (EUA), para cujo progresso económico muito contribuíram.

A testemunhar o que afirmamos, registre-se que a obra agora editada traz a lume alguns relatos inéditos de persistência e coragem, no seio da borrasca e no meio de inumeráveis privações, vividos por heróis e ignorados "lobos do mar" naturais do arquipélago dos Açores.

Pat Amaral, a autora do livro, é descendente de açorianos que durante muitas gerações têm estado ligados às actividades marítimas. Hortense Patrícia Dias da Costa Nunes, nome completo de Pat Amaral, fez parte em 1966 e 1968 do primeiro e segundo Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, realizados na Europa, e em 1969 foi nomeada para a direcção do Centro de Cultura Portuguesa, no "Salve Regina College", em Newport, Rhode Island. O seu trabalho, que implicou uma séria investigação histórica junto das famílias açorianas descendentes dos primeiros baleeiros e pescadores, mercearia, a nosso ver, a tradução para língua portuguesa, quer pelo testemunho histórico que nos lega, quer pelas afinidades culturais que revela com os actuais membros da comunidade portuguesa ali residente (caracterizados pelo seu notável espírito empreendedor), quer, ainda, pelo inegável valor intrínseco da obra para a cultura portuguesa no seu sentido mais lato e universal.

FRANÇA

ASSOCIAÇÃO
ORIGINÁRIOS
DE PORTUGAL

Com a presença do tenente-coronel Vitor Alves, membro do Conselho da Revolução, do em-

baixador e do cônsul-geral de Portugal e de representantes da municipalidade de Montlignon, realizou-se uma festa organizada pela Associação Originários de Portugal. Perante cerca de 500 pessoas, Vitor Alves e o dr. Coimbra Martins, prestaram homenagem a um emigrante português, José Salvador, que foi condecorado, em Junho do ano passado, pelo Presidente da República, tendo na ocasião desenvolvido algumas considerações sobre a necessidade das associações portuguesas em França se reunirem em federação com base nas áreas consulares o que, segundo foi afirmado, seria uma boa preparação para o congresso que se intenta realizar em 1980.

MAIS UMA
BIBLIOTECA
PARA LEITORES
PORTUGUESES

Vai ser aberta ao público na região parisiense d'Orsay (91, Essonne/Vila dos Ullis) uma nova biblioteca. A iniciativa ficou-se a dever ao fruto do trabalho de quatro jovens (três rapazes e uma rapariga). Esta biblioteca terá ao dispor dos leitores uma secção infantil e outra juvenil, assim como romances e diversa documentação bibliográfica. Esta biblioteca estará aberta todos os sábados das 14 às 18 horas.

DIFUSÃO
DA IMPRENSA
PORTUGUESA

Segundo revelou o Boletim "Migrants-Nouvelles", editado pelo Centro Nacional de Documentação Pedagógica, de França, foi criado recentemente um centro de difusão de imprensa portuguesa. Este centro divulga, a preços que o referido boletim considera "interessantes", alguns títulos da imprensa portuguesa, discos e livros, sendo também possível a venda por correspondência. O seu endereço é o seguinte: 13, Av. Mésange - 94100 Saint Maur.

SEMANA DO DIÁLOGO



O Grupo Folclórico dos Pauliteiros de Miranda representou Portugal nas festividades realizadas em França, no âmbito da «Semana do Diálogo».

Realizou-se neste país a "Semana do Diálogo com os Trabalhadores Estrangeiros", que incluiu diversas actividades culturais e recreativas abrangendo as várias comunidades residentes em França e com a presença dos embaixadores dos respectivos países.

Esta "Semana" foi dedicada ao papel do trabalhador estrangeiro em França, tendo contado com a participação de artistas e agrupamentos folclóricos do Quebeque, Espanha, Ilhas Maurícias, Tunísia, França, Marrocos, Turquia, Argélia, Mali, Jugoslávia e Portugal (Grupo Folclórico dos Pauliteiros de Miranda). Saliente-se que a breve alocução proferida pelo Secretario de Estado francês dos Trabalhadores Migrantes, Lionel Stoléru, trouxe motivos de regozijo às comunidades presentes, na medida em que, a determinado passo, veio a afirmar: "Não contem comigo para expulsar imigrantes que não são responsáveis pela crise que atravessa a Europa".

Do programa da referida Semana, destacaram-se, ainda, um "Mosaique" especial (programa televisivo dedicado aos emigrantes), focando franceses e estrangeiros nos seus locais de trabalho, residências e centros culturais. Na cidade de Paris, exactamente no "Lucernaire Forum", os convidados e visitantes tiveram ocasião de apreciar a cozinha portuguesa e

ouvir música e canções interpretadas por Fernando Marques.

Esta iniciativa coincidiu, aliás, com o encerramento da exposição infantil sobre Portugal, de que oportunamente demos notícia circunstanciada. Ainda no "Lucernaire Forum", de Paris, foi apresentado, em sessões contínuas, o filme português "Trás-os-Montes" e, finalmente, o 3º canal da televisão francesa, apresentou o filme "Maria de Lisboa", do realizador Jean-Luc Mage.

A "Mairie" (Câmara Municipal) de Paris XV organizou, por sua vez, uma festa de confraternização na qual mulheres francesas conviveram com mulheres imigrantes de inúmeras nacionalidades (africanas, espanholas, italianas, magrebins, portuguesas e jugoslavas). Esta festa de confraternização foi, por outro lado, ocasião para uma mostra de artesanato português e árabe, com o qual se decorou a sala de recepção da respectiva Câmara.

Na "Bourse du Travail" (Bolsa do Trabalho) realizaram-se diversas conferências e colóquios sobre problemas sindicais concernentes aos trabalhadores estrangeiros, estando presentes delegações dos sindicatos (CFDT e CGT), organizações que se dedicam ao apoio dos imigrantes em território francês (FASTI e CLAP), e partidos políticos (PCF, PSF e PSU).

INGLATERRA

JOVEM PORTUGUESA PREMIADA EM JERSEY

Segundo informou o mensário "Luta Comum", ligado ao "Centro 25 de Abril" de Londres, a filha de um emigrante português em Jersey, foi recentemente premiada numa exposição de arte escolar realizada naquela ilha.

Maria José da Encarnação, que tem 16 anos, distinguiu-se como a melhor pintora da sua escola, a St. Helier Girls School, numa exposição ali realizada. O principal quadro que expôs intitulava-se "A Batalha de Jersey" e foi elaborado através de técnica muito especial detida pela sua obreira.

LUXEMBURGO

CRIADA A «FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS»

Após uma série de reuniões preparatórias, realizadas com cerca de 12 representantes de diversas associações, foi decidida a criação definitiva da "Federação das Associações Portuguesas" no Luxemburgo, em reunião convocada para o efeito e realizada nas instalações da Embaixada de Portugal neste país.

A citada Federação é constituída por clubes e associações desportivas, recreativas e culturais que agrupam associados de nacionalidade portuguesa. Nesta reunião constitutiva da Federação, na qual participaram oito associações (Associação Desportiva de Differdange, F.C. "Os Bairradinhos" de Esch, União Juventude Portuguesa de Esch, Clube Recreativo e Cultural dos Portugueses de Diekirch, Transmontana F.C. de Heffingen, Águias de Portugal de Luxemburgo), ficou decidido desenvolver os diversos contactos necessários à organiza-

ção de um seguro de acidente e outro de responsabilidade civil, para os grupos e jogadores filiados, e ainda a formação de árbitros, passando o Consulado a funcionar como secretariado provisório desta Federação. Entretanto, os promotores da iniciati-

va, esperam novas aderências à Federação, sendo todas as informações prestadas, até à constituição de um secretariado definitivo, por: Vitorino Pereira, vice-cônsul adido de Emigração, Embaixada de Portugal/ 26, rua Adames/ Luxemburgo.

RFA

TRABALHADORES ESTRANGEIROS NA ALEMANHA FEDERAL

A revista "Alemanha-Lugar de Trabalho", inseriu no seu último número alguns dados sobre o número de trabalhadores estrangeiros na RFA, salientando que aquele tem vindo a decrescer desde o Outono de 1973. Nessa altura, havia ainda 2 595 000 traba-

lhadores estrangeiros na Alemanha. Em fins de Março de 1977, contavam-se 1 877 100, ou seja, menos 27,7% (717 900) do que há quatro anos e meio. Reproduzimos a seguir o quadro que a referida revista publicou:

Trabalhadores estrangeiros empregados por nacionalidade

Nacionalidade	Situação em 30-9-1977	Percentagem entre todos os trabalhadores estrangeiros	Diferença relativa a 31-3-1977
Turcos	508 600	27,2%	-6 100
Jugoslavos	373 700	20,0%	-1 500
Italianos	283 300	15,2%	+ 7 900
Gregos	155 500	8,3%	-8 500
Espanhóis	97 200	5,2%	-4 300
Portugueses	59 700	3,2%	- 300
Outros	391 500	20,9%	+ 5 200
Total	1 869 5000		- 7 600

DELEGADOS DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS NOS CONSELHOS DE EMPRESA

Em recente edição, o boletim informativo do Departamento governamental de Imprensa e Informação da RFA dava conta de que, nas eleições para os conselhos de empresas que se realizaram em 1978, foi de 5 mil o número de delegados estrangeiros eleitos em representação dos operários pertencentes às diversas comunidades residentes neste país.

Este número representa um acréscimo de mais 1200 delegados em relação a 1972, quando das eleições anteriores, após uma emenda à lei de constituição de empresas, lei que concedeu (atendendo à reivindicação da DGB — Confederação dos Sindicatos Alemães), entre outras regalias, o direito de eleição para o cargo de conselheiro de empresa a trabalhadores es-

trangeiros, procedentes ou não de países pertencentes à Comunidade Económica Europeia.

Saliente-se que de um total de cerca de 1,8 milhão de trabalhadores estrangeiros na RFA, aproximadamente 700 mil (perto de 40%) são membros de pleno direito da Confederação dos Sindicatos Alemães e de um dos 17 sindicatos alemães reunidos na DGB.

SUIÇA

MANIFESTAÇÃO EM GENEBRA

Segundo noticiou a ANOP, realizou-se recentemente em Berna uma manifestação com a presença de representantes da Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses de Genebra (ADTP) e de muitos outros residentes, pertencentes a várias associações da comunidade portuguesa. Esta manifestação, que contou com a participação de cerca de duas mil pessoas, teve por objectivo pedir a abolição do estatuto de "trabalhador imigrante temporário" e a introdução de legislação mais humana em relação aos trabalhadores estrangeiros.

NOVAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS

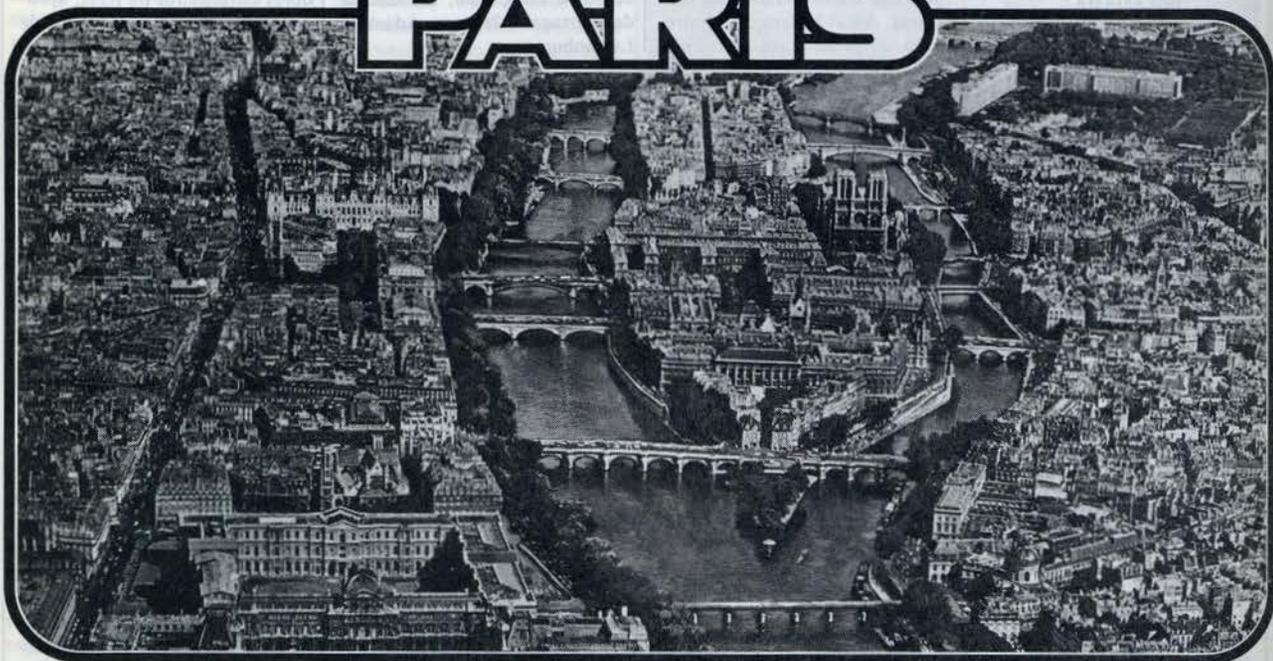
Na Bélgica foi inaugurada oficialmente a «Associação dos Portugueses da Região de Charleroi». A inauguração desta associação, cuja efectivação desde há algum tempo se encontrava praticamente decidida, foi assinalada com uma festa a que estiveram presentes autoridades consulares, além dos membros fundadores. Do programa de actividades que esta associação se propõe desenvolver, citam-se entre outras iniciativas, os torneios desportivos de diversas modalidades e o folclore popular.

Na Suíça foi inaugurada a «Associação dos Trabalhadores Portugueses de La Chaux de Fonds». Ao acto inaugural estiveram presentes o embaixador de Portugal em Berna, o cônsul de Portugal em Genebra e o presidente do município local.

Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

BPA



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Balcões na Região de Paris

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Ópera), 75009-PARIS · Telef. 073.24.65 · Telex 220456
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE · Telef. 304.37.34
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL · Telef. 899-2176

MELHOR ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA EMIGRANTES

A assinatura, pelo nosso país, de dois importantes documentos (os Acordos Provisórios Europeus sobre Segurança Social e a Convenção sobre Assistência Social e Médica) vai permitir que a partir de agora os emigrantes portugueses possam dispôr de melhor assistência, tais como novas concessões de subsídios de invalidez e velhice, e resolver muitos dos casos até agora não abrangidos pelas convenções bilaterais.

Assim os emigrantes que trabalhem ou tenham trabalhado em Chipre, Dinamarca, Inglaterra, Irlanda, Itália, Islândia, Noruega, Suécia e Turquia, podem vir a receber prestações de velhice ou invalidez, doença, acidente de trabalho ou desemprego, se tiverem cumprido os prazos de garantia exigidos pela legislação desses países.

Por outro lado, os portugueses que residiram na Alemanha Federal, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Luxemburgo, e que por não haver a necessária legislação viram indeferidos os seus pedidos de regalias sociais, poderão agora ter o seu caso resolvido. Para tanto, deverão dirigir-se pessoalmente ou por escrito

(indicando o número de processo para facilitar a sua identificação) aos Serviços de Acordos Multilaterais da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes — Rua da Junqueira, 112, Liboa 3.

BENEFÍCIOS FISCAIS PARA EMIGRANTES

Entrou em vigor no ano passado a lei n.º 41/78, de 6 de Julho, que vem possibilitar vantagens de natureza fiscal aos trabalhadores portugueses no estrangeiro.

Quais são essas vantagens?

Agora, os emigrantes que pretendem regressar definitivamente ao País têm possibilidade de beneficiar de isenção ou redução de direitos alfandegários na importação de máquinas, instrumentos manuais ou mecânicos, respectivos acessórios e outros bens de equipamento de pequenas indústrias, *que lhes pertençam e que utilizem nos países onde trabalham, no caso de quererem continuar a desenvolver em Portugal a mesma actividade.*

O que devem fazer os interessados?

Os interessados em trazer consigo para o País os bens atrás referidos no ponto 1. devem:

1.º — Obter um documento — que será emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros — onde se prove a sua qualidade de industriais no país de onde regressam. Tal documento obtém-se junto do Consulado da área de residência.

2.º — Fazer um requerimento em papel selado ao Ministério das Finanças solicitando a isenção ou a redução de direitos, no qual se deverá especificar detalhadamente a *natureza do material* (o tipo de equipamento), a *importar, o seu valor actual, o tempo de uso* (há quanto tempo desde o fabrico está aquele equipamento em uso), e o *tempo de posse* (há quanto tempo o interessado na importação dos bens os utiliza na sua actividade).

Como será concedida a isenção ou redução?

A isenção ou redução será concedida pelo *Ministro das Finanças* mas depende do *parecer favorável* dos serviços competentes do *Ministério da Indústria e Tecnologia*, pelo qual se mostre, em relação a cada caso, o interesse que a importação daquele equipamento possa trazer para a economia nacional.

Por este motivo é que o requerimento, a que se alude em 2.º lugar no ponto 2. desta Nova

Estamos também aqui para ajudar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal da Banca Portuguesa em Paris trabalha para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França. E apoia também os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França.

Informativa, deve indicar o máximo de elementos comprovativos dos benefícios económicos que a utilização dos bens a importar trará ao País.

Qual o regime a que ficam sujeitos os bens importados ao abrigo desta lei?

Os bens que foram importados com isenção ou redução de direitos aduaneiros ao abrigo desta lei não poderão ser alienados (isto é, vendidos, doados ou por qualquer forma cedidos a outra pessoa) antes de decorridos cinco anos após a sua importação no País, sob pena de serem considerados descaminhados aos direitos.

Importante

Não será porém considerado descaminhado aos direitos, o material alienado (ou cedido) antes de decorrido o prazo dos cinco anos, se for reconhecido por despacho do Ministro das Finanças que a alienação é determinada pela substituição por novo material necessário à continuação da actividade a que o equipamento importado nos termos de Lei 41/78 se destinava.

Assim, se o emigrante a quem pertencem os bens importados com isenção ou redução de direitos alfandegários, entender que necessita de os substituir por novos, antes de decorridos os cinco anos, a fim de continuar a actividade a que se dedicava utilizando aqueles bens, deverá fazer um requerimento ao Ministro das Finanças solicitando autorização para os poder alienar e explicando as razões de tal pedido.

SEGURANÇA SOCIAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Idade mínima de concessão de pensão de reforma por velhice

A idade mínima para concessão de pensão de reforma por velhice aos trabalhadores rurais foi fixada em 65 anos, nos termos da Portaria n.º 348-A/78, de 15 de Julho, do Ministério dos Assuntos Sociais.

Esta medida, que permite a redução do limite anteriormente estabelecido em 70 anos aproxima o Regime Especial dos Fundos de Previdência das Casas do Povo dos limites actualmente fixados para o regime geral.

A presente Portaria entrou já em vigor em 1 de Julho de 1978.

Assim, os trabalhadores rurais abrangidos pelo Regime Especial dos Fundos de Previdência das Casas do Povo poderão solicitar a concessão da respectiva pensão de reforma logo que completem os 65 anos, mediante requerimento dirigido à Casa do Povo, verificando-se os demais requisitos indispensáveis.

EXTINÇÃO DO DIREITO AO ABONO DE FAMÍLIA EM RELAÇÃO A ASCENDENTES E EQUIPARADOS

1. Nos termos do art.º do Decreto-Lei n.º 180-D/78 de 15 de Julho, considera-se extinto o direito ao abono de família em relação aos ascendentes e equiparados dos trabalhadores beneficiários dos regimes de previdência.

2. De igual modo, de acordo com o art.º 2.º do mesmo Decreto-Lei, determina-se que os ascendentes ou equiparados a cargo dos trabalhadores acima referidos passem a ter direito a assistência médica e medicamentosa nas condições estabelecidas em específico diploma regulamentar — o Decreto Regulamentar n.º 24/78, de 15 de Julho.

3. Embora pareça desnecessário afirmá-lo, perante o que dispõe o diploma agora aprovado, esclarece-se que se mantém, para os trabalhadores beneficiários dos regimes de previdência, o direito ao subsídio de funeral, devido por morte de ascendentes ou equiparados.

4. As medidas constantes do presente diploma entraram já em vigor a 1 de Julho de 1978.

TRANSFERÊNCIAS EFECTUADAS POR EMIGRANTES E «DATA DE VALOR» DOS DEPÓSITOS

Os câmbios a aplicar nas transferências efectuadas por emigrantes através dos correios locais deverão ser os seguintes:

EUROPA

— O câmbio da véspera, de emissão do vale, câmbio esse fixado pelo Banco de Portugal às 14.00 horas, ou o último câmbio oficialmente publicado, nos casos das transferências efectuadas aos domingos e

segundas-feiras ou em dia imediatamente a seguir a feriado em Portugal.

Este é também o critério utilizado para as transferências efectuadas directamente junto dos balcões da Banca portuguesa instalada na Europa.

OUTRAS REGIÕES, DESIGNADAMENTE O CONTINENTE AMERICANO

— O câmbio do dia da emissão do vale, ou, quando as transferências sejam efectuadas aos sábados ou em dias que correspondam a feriados em Portugal, o último câmbio oficialmente publicado.

Também, nestas regiões, a Banca portuguesa instalada localmente, pratica os câmbios referidos, nas transferências de emigrantes.

A “data de valor” (para contagem de juros) dos depósitos a prazo e com pré-aviso que se constituírem no nosso País a partir de remessas do estrangeiro será a do dia da entrega dos fundos a transferir nas estações de correio locais ou nos serviços das Instituições de Crédito portuguesas no estrangeiro.

TITULOS FIDES E FIA

Decreto-Lei n.º 231/78 de 16 de Agosto

Encontram-se a pagamento desde 21 de Agosto de 1978 os juros correspondentes ao semestre que decorreu de 15 Julho de 1977 a 14 de Janeiro de 1978, relativamente às participações dos fundos de investimento FIDES e FIA.

Os juros a que se refere o ponto 1. tem carácter provisório e são fixados sem prejuízo das correcções que venham a ter lugar em função da Lei das Indemnizações (Lei n.º 80/77, de 28 de Outubro).

LEIS DAS INDEMNIZAÇÕES

Pagamento de Impostos Directos utilizando títulos

Os titulares de direito a indemnizações podem utilizar os títulos representativos do direito à indemnização para efectuar o pagamento de impostos directos (contribuição predial, sisa, imposto de capitais, imposto complementar, imposto sobre as sucessões e doações, contribuição industrial, imposto de mais-valias) referentes a obrigações fiscais nascidas antes de 1

de Janeiro de 1977 e bem assim o pagamento de juros de mora e outros encargos que acresçam àqueles.

Quem pretender pagar esses impostos com os títulos representativos da indemnização, deverá fazer um requerimento nesse sentido até 25 de Janeiro de 1979, e entregá-lo na repartição de Finanças em que os impostos foram liquidados, ou no caso de se encontrarem em fase de cobrança através dos juízos fiscais, nos tribunais de 1.ª instância das Contribuições e Impostos de Lisboa e Porto.

Quaisquer informações mais pormenorizadas poderão ser solicitadas junto das repartições de Finanças, da Secretaria de Estado da Emigração e dos Negócios Estrangeiros ou do Consulado da área da residência.

O ENSINO DO PORTUGUÊS EM FRANÇA

Dado o grande número de pessoas que se dirigem ao Serviço de Coordenação do Ensino do Português em França para obterem esclarecimentos sobre os mais variados assuntos, este organismo elaborou uma nota informativa de interesse geral, que passamos a divulgar, bem como a "Informação aos Pais" que lhe é anexa.

Assim, e segundo a referida nota, sobre o ensino de Português dentro da escolaridade francesa, ao nível do ensino secundário é importante referir:

- 1 — Para que haja maior possibilidades de um estabelecimento de ensino poder abrir cursos de Português, é necessário que haja pedidos de pelo menos 8 alunos.
- 2 — Esses pedidos, como foi amplamente divulgado, devem chegar ao director da escola secundária, o mais tardar até final de Dezembro de cada ano. Só cumprindo esta indicação se pode esperar que o pedido seja deferido.
- 3 — O Português pode ser pedido:
 - a) Na 6.ª classe como língua viva I. Os alunos estudarão então o Português durante todo o ensino secundário, até ao BAC. O programa apresentado pelo Ministério francês da Educação para a 6.ª e 5.ª em tem em conta que a língua materna da maioria dos alunos é o Português.
 - b) O Português pode também ser pedido como língua viva II na 4.ª classe.
 - c) Pode também ser pedido na 2.ª, como terceira língua ou a substituir uma

segunda língua iniciada na 4.ª e que se queira abandonar.

- 4 — Quem não conseguir Professor de Português no estabelecimento de ensino que frequenta pode fazer a sua inscrição no Tél-Enseignement. Pode, assim, seguir o Português como língua viva I, não sendo obrigado a frequentar as aulas de outra língua, como o Inglês por exemplo. Esta inscrição deve ser feita no início do ano lectivo, logo que se saiba que não existe professor de Português na escola que frequenta.
 - a) Se é aluno do "1er cycle" (6.ª, 5.ª, 4.ª e 3.ª) faz a sua inscrição para: C.N.T.E. N.º 3022X 76041 Rouen Cedex precisando que pretende seguir o programa de "Portugais, langue maternelle" como "Langue Vivante I" — para alunos do 6.ª e 5.ª, ou "Langue Vivante II" para os que vão começar com o Português só na 4.ª.
 - b) Se é aluno do "2nd cycle" faz a sua inscrição para: C.N.T.E. N.º 3022X 76041 Rouen Cedex A inscrição deve ser feita durante o mês de Setembro, o mais tardar durante o mês de Outubro de cada ano.
- 5 — Se na localidade houver algum estabelecimento de ensino que tenha aulas de Português, os alunos que o desejem podem pedir a transferência para essa escola.
- 6 — Chama-se a atenção para o facto de que, para muitos alunos que ainda têm dificuldade nas duas línguas que falam (o Português e o Francês), é um esforço excessivo iniciar o estudo de uma terceira língua. Lembremo-nos de que os alunos de nacionalidade francesa só estão a iniciar o estudo da primeira língua estrangeira. E lembramo-nos também de que um aluno que tenha bons conhecimentos na sua própria língua mais facilmente aprende uma língua estrangeira.
- 7 — Muito importante também é o facto de o aluno que terminou a 5.ª, com aproveitamento em Português, língua viva I, ter automaticamente a equivalência ao Ciclo Preparatório, isto é, não é submetido a nenhum exame "ad hoc". Deverá unicamente apresentar a documentação necessária, dirigindo-se à Coordenação do Ensino de Português em França — 128, Boulevard de St. Germain — 75006 Paris.

Como todo o processo de equivalências espera uma portaria que o regulamente, achamos preferível aguardar ainda antes de dar mais informações sobre este assunto.

Ensino do português aos alunos portugueses que entram em 6.ª

Na Europa, qualquer aluno estuda apenas duas línguas, na classe de 5.ª.

- a sua língua materna
- Uma língua estrangeira (Língua I) geralmente o inglês.

As crianças imigradas (e, neste caso, portanto, as crianças portuguesas), estudam três línguas:

- o francês — para elas, a sua primeira grande dificuldade por ser uma língua estrangeira;
- o inglês — (ou outra língua viva)
- o português — ensinado muitas vezes em cursos paralelos com vista aos exames do 2.º ano do Ciclo Preparatório (antiga 6.ª classe).

É excessivo e mesmo uma pesada sobrecarga, par alunos frequentemente com atrasos escolares à entrada da 6.ª.

Mas, se o aluno estudar o português, a partir da 6.ª.

- o francês
- o português (a sua língua materna, que será, assim, a Língua Estrangeira-I).

OUTRAS VANTAGENS

- Conseguirem escolarmente melhores resultados, porque assentam ideias sobre as duas línguas de que se servem para falar, e para o estudo das outras disciplinas.
- Reestabelecerem mais facilmente o seu equilíbrio psicológico, porque se situam apenas entre dois esquemas linguísticos.
 - Manterem o contacto com a cultura de origem, facilitando o eventual regresso.
 - Serem, assim, elas — crianças portuguesas — a manter viva a nossa cultura, através do estudo da língua portuguesa, que fica, para elas, na escola francesa, em pé de igualdade com as outras línguas estrangeiras, nomeadamente, o inglês e o alemão.
 - Poderem fazer todos os exames da escola portuguesa, desde o Ciclo Preparatório (antiga 6.ª classe) até final, e fazerem-nos melhores condições.
- Uma vez atingida a 4.ª, as crianças portuguesas poderão estudar então, com mais facilidade, o inglês (ou outra língua à sua escolha) — Língua I.
- Observação 1 — Os programas de língua portuguesa das 6.ª e 5.ª são idênticos aos do Ciclo Preparatório (antiga 6.ª classe).
- Observação 2 — As duas línguas estrangeiras ensinadas em Portugal, nos estabelecimentos de ensino, são: o francês e o inglês.

VEJA COMO É FÁCIL RECEBER MENSALMENTE A REVISTA



EDIÇÃO - EUROPA *

ENVIE O SEU PEDIDO PARA: REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»
Serviço de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal
6, Passage Dombasle-75015-Paris-FRANÇA

EM LETRA BEM LEGÍVEL, INDIQUE:

NOME _____
IDADE _____
PROFISSÃO _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
PAÍS _____

JUNTE A IMPORTÂNCIA DA ASSINATURA EM CHEQUE OU VALE DO CORREIO, PASSADOS EM NOME DE EMBAIXADA DE PORTUGAL - REVISTA «25 DE ABRIL»

PREÇO DAS ASSINATURAS (12 NÚMEROS / VIA AÉREA)

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.B.
Holanda	20 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros países (excluindo Portugal e Espanha) o correspondente em moeda local a	400\$00

* A EDIÇÃO - EUROPA DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS» É IMPRESSA EM PARIS (FRANÇA)
E EDITADA PELA EMBAIXADA DE PORTUGAL

«Sou cidadão americano naturalizado, tive um acidente no trabalho e estou dado como incapacitado. Daqui por dois ou três anos quero regressar definitivamente à minha terra, mas ainda este ano é meu desejo depositar em Portugal na Conta "depósitos em escudos" uma quantia superior a mil contos. Sei que os trabalhadores portugueses (mesmo os que tenham adquirido a nacionalidade estrangeira) gozam de certas regalias tais como 20% de juros nas contas "depósitos em escudos" a prazo de um ano, e que estão livres de impostos. Mas as minhas dúvidas são as seguintes:

1. — se regressar definitivamente a Portugal, continuarei a ganhar os mesmos 20% enquanto for vivo?

2. — em caso afirmativo na primeira pergunta, mas se for obrigado a sair todos os anos de Portugal, poderei sair para outros países ou serei obrigado a vir aos Estados Unidos?

3. — passados alguns anos, caso eu queira regressar novamente aos Estados Unidos, poderei levantar todo o meu dinheiro, em dólares, mesmo que esteja depositado na conta "Depósitos em Escudos"?

4. — caso leve um ou dois carros, estarei livre dos direitos alfandegários, ou depende do ano e da classe dos carros?

5. — em caso afirmativo na quarta pergunta, e para que continue livre de impostos, serei obrigado a sair todos os anos de Portugal com os carros? Para onde?

C.V. (Estados Unidos)»

1. Só podem ser titulares de contas de depósito expressas em escudos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 75-C/77, de 28 de Fevereiro, os emigrantes portugueses ou equiparados (consideram-se também emigrantes, para estes efeitos, aqueles que tenham adquirido a nacionalidade estrangeira, bem como os seus descendentes directos em 1.º grau) que residam no estrangeiro há mais de seis meses.

Sempre que na renovação de um depósito o titular tenha deixado

de residir no estrangeiro há mais de um ano, o correspondente depósito deixa de beneficiar do regime de depósitos instituídos para os emigrantes portugueses ou equiparados, ficando, automaticamente, sujeito ao regime dos depósitos abertos em nome de residentes.

Para estes, a actual taxa de juro (contos em escudos) para depósitos a prazo superior a um ano é de 20%, cativo de impostos.

2. Se regressar definitivamente a Portugal, e quanto a viagens ao estrangeiro, encontra-se sujeito às disposições legais vigentes na matéria podendo deslocar-se a qualquer país nos termos gerais aplicáveis.

3. Os saldos das contas de depósito de emigrantes podem ser levantados total ou parcialmente sendo tal levantamento efectuado, em escudos, utilizando-se para a conversão o câmbio do dia da sua realização.

4. Quanto ao automóvel, enviamos-lhe uma nota informativa sobre as normas reguladoras da importação do mesmo onde encontrará os esclarecimentos solicitados.

«Em 1975 comprei um apartamento destinado a habitação própria, com a ajuda de um empréstimo da Caixa. A pessoa que me vendeu tratou-me de tudo nas devidas condições. Ele próprio fez o pedido à Caixa, e também tratou de pedir a isenção de Sisa e Contribuição Predial. Agora recebi uma carta do meu procurador, na qual me informa que as Finanças do Seixal não me concederam a isenção da Contribuição Predial, em virtude de eu não estar a habitar a casa. Agradeço que informem se isso está certo.

J.F. (Alemanha)»

Em relação à isenção de sisa, o senhor deve ter beneficiado do regime-geral que vigorava na altura e que foi prorrogado até 31 de Dezembro do ano transacto, conforme Nota Informativa, que lhe enviamos, contendo os esclarecimentos devidos; quanto à isenção

da contribuição predial, só teria direito a uma isenção temporária (por 10 anos) caso tivesse adquirido o andar ao abrigo do "sistema de Poupança-Crédito", o qual se destina somente a trabalhadores portugueses no estrangeiro e às compras por estes efectuadas a partir de 9 de Julho de 1976.

«Encontro-me emigrado em Espanha e gostaria de saber se posso sair daqui para outro país. Queria também adiar a tropa até aos 29 anos. Agradeço as informações possíveis sobre estes assuntos.

A.J.T. (Espanha)»

Se se fixou em Espanha antes do dia 31 de Dezembro do ano em que completou 17 anos de idade e, se, depois de se ter radicado no estrangeiro não permaneceu em território nacional mais de 90 dias em cada ano civil, pode ser considerado como residente no estrangeiro, podendo, portanto, solicitar o adiamento quanto tiver vinte anos, até aos 29 anos de idade.

Se desejar sair de Espanha e ir residir para outro país, poderá fazê-lo devendo, no entanto, fazer prova no Consulado de Portugal da área da sua nova residência que era residente no estrangeiro antes do dia 31 de Dezembro do ano em que completou os 17 anos de idade e que não permaneceu em território nacional mais de 90 dias em cada ano civil, depois de estar a residir no estrangeiro.

Não possuindo a qualidade de residente no estrangeiro pode beneficiar do Decreto-Lei n.º 334/77, até ao fim do corrente ano, desde que apresente um contrato de trabalho na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração a fim de lhe ser passada uma declaração para obter no Distrito de Recrutamento e Mobilização a licença de partir para o estrangeiro.

«Fui imigrante na República Federal da Alemanha. Tendo regressado definitivamente a Portugal desejava informação sobre o que devo fazer para ser reembolsada

das contribuições que fiz para a Segurança Social.

M.L.S.F. (Amarante)»

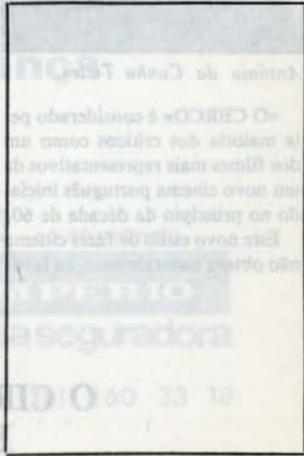
O reembolso das contribuições pagas para o seguro alemão de pensões só pode ser concedido, a pedido do segurado e se este se encontrar fora do território da República Federal da Alemanha, desde que satisfaça uma das condições a seguir indicadas:

1 — Ter decorrido um período de 2 anos sem contribuições para a segurança social alemã, na data da apresentação do requerimento;

2 — se até 19/10/72 o segurado tiver pelo menos 60 meses de descontos na Alemanha, o reembolso das contribuições pode ser pedido antes de 2 anos após o último desconto para a segurança social alemã.

No entanto chamamos a sua atenção para o facto de que quando o trabalhador é reembolsado das contribuições, perde todos os direitos relativamente à segurança social alemã. Deste modo, nem o próprio nem os familiares poderão, mais tarde habilitar-se a uma pensão alemã.

Para informações complementares e eventual seguimento do assunto, deverá dirigir-se à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, Rua da Junqueira, 112 Lisboa-3, que é a entidade de ligação entre os trabalhadores e os organismos da segurança social dos países com os quais Portugal assinou Convenções.



Circuito de Cinema da SENE

VEJA COMO É FÁCIL RECEBER MENSALMENTE A REVISTA

52



"O CERCO"



António da Cunha Telles.

«O CERCO» é considerado pela maioria dos críticos como um dos filmes mais representativos de um novo cinema português iniciado no princípio da década de 60.

Este novo estilo de fazer cinema não obteve naturalmente, os favo-

res de um público demasiado habituado a outro género em que sobressaíam as comédias e os filmes ditos de "amor" ou "romances cor-de-rosa".

As primeiras (as comédias) ainda tiveram a sorte de ser interpretadas por um conjunto de actores sensacionais que, só por si, asseguravam o êxito comercial estimulante para novas produções; os segundos (os cor-de-rosa) nem isso.

Efectivamente, a partir de 1962 e em simultâneo com os tais filmes considerados "comerciáveis", surgem "DOM ROBERTO", realizado por Ernesto de Sousa, "O ACTO DA PRIMAVERA", da autoria de Manuel de Oliveira, "VERDES ANOS", de Paulo Rocha, "BELARMINO", de Fernando Lopes, "DOMINGO À TARDE", de António Macedo, "MUDAR DE VIDA", de Paulo Rocha e "O CERCO", citando apenas os filmes produzidos entre 1962 e 1970.

Ficha técnica

PRODUÇÃO:

Prod. Cinenovo Filmes, Lda.

ANO DE PRODUÇÃO:

1969/1970

REALIZAÇÃO:

António da Cunha Teles

FOTOGRAFIA:

Acácio de Almeida

PROCESSO:

P & B (35 mm)

MÚSICA:

António Vitorino d'Almeida

SOM:

Óptico

TEMPO:

2 h

TEMA:

Crítica social

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA:

Maiores de 18 anos

Ficha artística:

MARIA CABRAL (Marta)

MIGUEL FRANCO (Vitor Lopes)

RUI DE CARVALHO (Dr. Alves)
MÁRIO JACQUES (Carlos)
LIA GAMA (Dona da boutique)
ÓSCAR DIMAS (Rui fotógrafo)
ARMANDO CORTÊS (Eng. Machado)

Realizado por António da Cunha Teles, "O CERCO" não critica uma sociedade burguesa fazendo comédia à sua custa, pelo contrário, denuncia os aspectos mais negativos dessa sociedade não os escondendo nem atenuando os seus efeitos.

António da Cunha Teles tem o seu nome ligado a esse novo cinema português não apenas como realizador mas também como produtor. Entre outros citam-se, de sua produção, "VERDES ANOS" (1963), "BELARMINO" (1964), "DOMINGO À TARDE" (1965) e "MUDAR DE VIDA" (1967).

COLABORE COM
O CIRCUITO GRATUITO DE CINEMA DA SENE
ENVIANDO-NOS AS SUAS SUGESTÕES

também passámos a fronteira



**a império a maior companhia de seguros
portuguesa há sete anos em França**

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio
e no seu seguro de vida um apoio importante.



AO SEU SERVIÇO

IMPÉRIO
a sua seguradora

105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18



NOVO RECENSEAMENTO ELEITORAL



SE TEM 18 ANOS OU MAIS
e não está abrangido pelas incapacidades
previstas na lei



DEVE RECENSEAR-SE
(mesmo que se tenha inscrito no
recenseamento anterior)
Para tal deve dirigir-se à comissão
recenseadora da zona onde reside
habitualmente



**AS COMISSÕES RECENSEADORAS
FUNCIONAM:**

em Macau:
nas Câmaras Municipais
no estrangeiro:
nos postos consulares ou embaixadas

**NÃO SE ESQUEÇA QUE É NECESSÁRIO
LEVAR O BILHETE DE IDENTIDADE OU
PASSAPORTE**